

ENTREVISTA: Alberto Borges conta a trajetória de consolidação da Caramuru

FIG
SESI
SENAI
IEL
ICQ BRASIL
NÚCLEOS REGIONAIS

GOIÁS **INDUSTRIAL**

Goânia-GO
Novembro/Dezembro de 2005
Ano 36 - nº 207

Revista do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás



**PESO SOBRE
A PRODUÇÃO**

Carga tributária
inibe crescimento
da indústria

SISTEMA FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente: Paulo Afonso Ferreira
Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco,
Casa da Indústria - Vila Nova
CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300 / Fax (62) 3229-2975
Home-page: www.sistemafieg.org.br
E-mail: fieg@sistemafieg.org.br

Núcleo Regional da FIEG em Anápolis

Presidente: Waldyr O'Dwyer
Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A,
Bairro Jundiá CEP 75113-630 Anápolis-GO
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565
E-mail: nureaps@sistemafieg.org.br

SESI

Serviço Social da Indústria

Diretor Regional: Paulo Afonso Ferreira
Superintendente: Paulo Vargas
E-mail: adm.sesi@sistemafieg.org.br

IEL

Instituto Euvaldo Lodi

Diretor Regional: Daniel Viana
Superintendente: Paulo Galeno Paranhos
Home-page: www.ielgo.com.br
E-mail: iel@sistemafieg.org.br

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Diretor Regional: Paulo Vargas
Home-page: www.senaigo.com.br
E-mail: senaigo@senaigo.com.br

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil

Diretor Regional: Daniel Viana
Superintendente: Paulo Galeno Paranhos
Home-page: www.icqbrasil.com.br
E-mail: icq@icqbrasil.com.br

DIRETORIA DA FIEG

PRESIDENTE

Paulo Afonso Ferreira

PRESIDENTE DE HONRA

José Aquino Porto (in memorian)

1º VICE-PRESIDENTE

Pedro Alves de Oliveira

2º VICE-PRESIDENTE

Wilson de Oliveira

3º VICE-PRESIDENTE

Ivan da Glória Teixeira

VICE-PRESIDENTES

Aluísio Quintanilha de Barros
César Helou
Flávio Paiva Ferrari
Joviano Teixeira Jardim
Marley Antônio da Rocha
Ubiratan da Silva Lopes
Eduardo Cunha Zuppani
Luis Antônio Vessani
Carlos Alberto Vieira Soares
Fábio Rassi
Sávio Cruvinel Câmara
Elton Teles de Campos
José Luiz Martin Abuli
Aldrovando Divino de Castro Júnior

1º SECRETÁRIO

Hélio Naves

2º SECRETÁRIO

Luiz Gonzaga de Almeida

1º TESOUREIRO

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

2º TESOUREIRO

Antônio de Sousa Almeida

CONSELHO FISCAL

Daniel Viana
Heno Jácomo Perillo
Waldyr O'Dwyer

CONSELHO DE REPRESENTANTES JUNTO À CNI

Paulo Afonso Ferreira
Sandro Antônio Scodro Mabel

CONSELHO DE REPRESENTANTES JUNTO À FIEG

Abílio Pereira Soares Júnior
Aldrovando Divino de Castro Júnior
Aluísio Quintanilha de Barros
Anísio Queiroz de Carvalho Jr.
Antônio Clóvis Carneiro
Antônio de Sousa Almeida
Carlos Alberto Diniz

Carlos Alberto Vieira Soares
Carlos Roberto de Araújo
Carlos Roberto Viana
César Helou
Cláudio Henrique Chini
Cyro Miranda Gifford Júnior
Daniel Viana
Domingos Sávio Gomes de Oliveira
Domingos Vilefort Orzil
Edmar Sabino Neves
Eduardo Cunha Zuppani
Elton de Teles Campos
Emílio Carlos Bittar
Eurípedes Felizardo Nunes
Fábio Rassi
Flávio Paiva Ferrari
Francisco de Faria
Francisco Gonzaga Pontes
Frederico Martins Evangelista
Gilda Leite Pereira
Guimar Alves da Silva
Henrique Wilhem Morg de Andrade
Hélio Naves
Hélio Naves Júnior
Humberto Rodrigues de Oliveira
Jaime Canedo
Jair Rizzi
Jerry de Paula
João Essado

Joaquim Cordeiro de Lima
Jorge Luiz Biazuz Meister
José Antônio Simão
José Luiz Martin Abuli
José Magno Pato
José Vieira Gomide Júnior
Joviano Teixeira Jardim
Laerte Simão
Leonardo Jayme de Arimatéia
Leopoldo Moreira Neto
Luiz Antônio Vessani
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Rézio
Marley Antônio Rocha
Milton Tomaz de Lima
Olavo Martins Barros
Onofre Andrade Pereira
Orlando Alves Carneiro
Paulo Afonso Ferreira
Pedro Alves de Oliveira
Raimundo Viana Dutra
Rodrigo Penna de Siqueira
Sandro Antônio Scodro Mabel
Sávio Cruvinel Câmara
Segundo Braços Martinez
Ubiratan da Silva Lopes
Valdenício Rodrigues de Andrade
Wellington Carrijo Soares
Wilson de Oliveira

GOIÁS
INDUSTRIAL
Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Direção

José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo

Joelma Pinheiro

Edição

Márgara Moraes

Assistente de edição
Cássia Fernandes

Reportagem: Andelaide Pereira, Célia Oliveira, Dehovan Lima, Geraldo Neto, Giovanna Amaral, Henrique Fonseca e Javier Godinho

Colaboração: Wellington da Silva Vieira

Fotografia: Sílvio Simões

Diagramação: Utopix Design

Fotolito: Composição Artes Gráficas

Impressão: Gráfica Kelps (Asa Editora)

Produção e Publicidade



Síntese
COMUNICAÇÃO

Rua 116 A com 116, nº 12, Setor Sul
74085-350 Goiânia-GO
Fone: (62) 3093-4014
E-mail: sintesecomunicacao@brturbo.com.br

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista



12 Tributos demais!

Carga tributária excessiva e cumulativa inibe competitividade e prejudica setor produtivo

20 Prêmio Finep

É de Goiás o 1º lugar na categoria pequena empresa, do Prêmio Finep de Inovação Tecnológica. A vencedora é a Pctel Soluções Inteligentes

22 Diagnóstico da agroindústria

Pesquisa desenvolvida pela Fieg mostra problemas enfrentados pelo setor e aponta necessidade de aprimorar sistemas de gestão

28 Inovação tecnológica

Técnicos do Senai desenvolvem projetos inovadores, premiados no Concurso Nacional de Criatividade para Docentes (Concriid)

Ainda não foi neste ano

Ainda não foi em 2005 mas, com certeza, nos próximos anos, estaremos dando passos decisivos para vencer os dois maiores desafios enfrentados pelo setor produtivo brasileiro: carga tributária excessiva e juros exorbitantes.

A carga tributária tornou-se uma das maiores causas da informalidade no Brasil. Em Goiás, ao contrário, a arrecadação estadual vem aumentando, em função da redução das alíquotas de ICMS das principais cadeias produtivas.

Já o País vive sob uma das maiores cargas tributárias do mundo, com o sistema de tributação concentrado na produção e no consumo. Enquanto isso, a arrecadação, nos três níveis, que já era de 36% do Produto Interno Bruto (PIB), aproxima-se dos 40% (39,34%), segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). Nossa carga tributária supera a de 13 das 16 maiores economias mundiais.

O custo do dinheiro é altíssimo. O saldo líquido da dívida pública brasileira, consolidado, alcançou R\$ 979,1 bilhões no final de outubro passado. A relação dívida pública/PIB está em 51,1% e o País pagou, de janeiro a julho de 2005, R\$ 133,5 bilhões somente em juros. A dívida externa alcançou US\$ 180 bilhões, mas vem diminuindo sua participação na dívida total em razão da va-



Em meio a tanta adversidade, o setor empresarial goiano faz sua parte, tornando-se cada vez mais competitivo, aprimorando-se em técnica e tecnologia

PAULO AFONSO FERREIRA

lorização do real, da queda dos juros internacionais e do risco Brasil. O grande problema é a dívida interna, lastreada em títulos públicos, com perfil de prazo de curto para médio. Correlações entre o estoque da dívida e o seu custo mostram que estamos rolando numa taxa média entre 14% e 15% ao ano.

Preocupam-nos seu tamanho, prazo e custo. A apreensão cresce porque deveríamos estar crescendo mais o nosso PIB. Assusta-nos o fato da taxa Selic estar sendo elevada abusivamente para combater a demanda de bens e serviços e com isso conter a inflação, quando é ela que indexa o estoque da dívida rolada no mercado de aplicações/captações financeiras. A continuar a taxa de juros primária atual, como estancaremos essa montanha de dinheiro que sai dos cofres públicos? A situação é inaceitável, considerando a necessidade de recursos financeiros para investir em infra-estrutura, saúde, educação, segurança pública e outros setores essenciais.

A bem da verdade, vale ressaltar que, em meio a tanta adversidade, o setor empresarial goiano faz sua parte, tornando-se cada vez mais competitivo, aprimorando-se em técnica e tecnologia, como acontece agora, na parceria com o governo do Estado, que permitiu o surgimento do Fapég, o Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás, para gerar novas oportunidades de negócios e empregos e contribuir na ampliação das exportações.

Estamos plenamente convictos de que precisamos, o quanto antes, de uma reforma política que conduza a uma reforma tributária que, realmente, atenda aos anseios nacionais. ■

Fieg premia reportagens sobre indústria

O 1º Prêmio Sistema Fieg de Jornalismo, com o tema O Desenvolvimento Econômico e Tecnológico da Indústria Goiana, foi entregue aos profissionais vencedores no dia 23 de novembro, durante almoço de confraternização oferecido na Casa da Indústria à imprensa goiana. O evento completou a tradicional reunião de fim de ano com profissionais dos veículos de comunicação. A premiação de reportagens sobre o desenvolvimento industrial goiano foi dividida em três categorias: jornalismo impresso, radiojornalismo e telejornalismo. Concorreram matérias publicadas ou veiculadas no período de 1º janeiro a 20 de outubro deste ano. O julgamento dos trabalhos foi realizado na Casa da Indústria, no dia 11 de novembro. ■



Presidente da Fieg, em três momentos, entrega prêmio a Lourdes de Souza (no alto à direita), a Antônio Correa (à esquerda) e a Márcio Venício

TRABALHOS VENCEDORES

Categorias

Jornal/Revista

Lourdes de Souza (Diário da Manhã)

Rádio

Antônio Correa (Rádio Brasil Central)

Televisão

Márcio Venício (TV Anhanguera)

Títulos das Matérias

A Nova Cara da Indústria

Produção Industrial Goiana

Avanços Tecnológicos e Novas Exigências
Profissionais nas Confecções Goianas

A close-up portrait of a man with dark hair, wearing a dark suit jacket, a light blue shirt, and a patterned tie. He is looking directly at the camera with a neutral expression. The background is a textured, greyish-brown color.

De grão em grão, uma grande indústria

O Grupo Empresarial Caramuru está focado no processamento de soja, milho, girasol e canola. Tem duas indústrias no Paraná e três em Goiás. Mantém 56 unidades armazenadoras, distribuídas em Goiás, Mato Grosso e Paraná, com capacidade total de 1.809.200 toneladas de grãos. É tida, hoje, como a maior empresa de capital nacional e em processamento de grãos.

A empresa é comandada por Alberto Borges de Souza, economista, cuja gestão deu passos arrojados na área de logística, visando o escoamento da produção do Centro-Oeste. Investiu na construção de terminais intermodais de transporte, em especial nas hidrovias Paranaíba-Paraná-Tietê e Rio São Francisco, além de terminais portuários em Santos.

Goiás Industrial – Como tem sido o desafio de capitanear uma das maiores empresas exportadoras do País?

Alberto Borges – Tem sido enorme, principalmente porque o setor de processamento de soja, após 1996, com a Lei Kandir, enfrenta o chamado desequilíbrio tributário, no qual o Brasil passou a não priorizar a geração do valor agregado, tornando-se forte exportador de matéria-prima. Isso afetou empresas do perfil industrial como a Caramuru. Tivemos que reinventar nossa operação, pois o processamento de soja representa 80% do nosso faturamento. Investimos em logística, nosso segundo custo. Passamos a operar, também, com exportação de soja em grãos e iniciamos, há cinco anos, o processamento e a industrialização da soja não transgênica e seus derivados. Com isso, abrimos um novo nicho de mercado. A preferência do consumidor pelos produtos livres de transgênicos é grande, principalmente na Europa.

Goiás Industrial – Como agem o Brasil e particularmente Goiás em relação à política de agregação de valor à matéria-prima no complexo de soja?

Alberto Borges – Goiás realmente construiu uma história positiva na agregação de valor às suas matérias-primas, uma das razões que faz com que seu crescimento

esteja acima da média nacional. No Brasil, tem sido diferente. A desoneração do ICMS na exportação, a partir de 1996, foi uma medida altamente positiva para as exportações, mas negativa quanto a agregar valor à matéria-prima. O País abandonou a aplicação da chamada “escalada tarifária”, que favorece a agregação de valores e incentiva a produção interna. Como a soja, o farelo e o óleo podem ser transportados com custos idênticos, os investimentos fabris migraram para países mais amigáveis tribu-

“Abrimos um novo nicho de mercado, pois a preferência do consumidor pelos produtos livres de transgênicos é grande, principalmente na Europa”

tariamente falando. O complexo soja, ligado ao mercado externo, é extremamente sensível à tributação. O processo de desindustrialização é tão forte que, em 1996, o Brasil industrializava 83% de sua produção agrícola. Hoje industrializa apenas 50%. Estamos falando do primeiro produto de nossa pauta de

exportação, que é a soja.

Recentemente apresentamos uma proposta ao governo federal para reverter esse quadro – temos possibilidade de gerar 500 mil novos empregos. Goiás e o Centro-Oeste serão os grandes beneficiados.

Goiás Industrial – Qual a influência da logística no crescimento das exportações da Caramuru?

Alberto Borges – Nosso primeiro custo é a matéria-prima, que, por se tratar de commodities, as diferenças de preço no mercado

O CAMINHO DA CONSOLIDAÇÃO



A Caramuru dedica-se à industrialização de grãos, desde a produção de semente, armazenagem, degerminação, pré-cozido de milho, extração e refino de óleos vegetais (soja, milho, girassol e canola), produção de farelos, até a produção de uma linha completa de farináceos de milho.

Fundada em 1964, em Maringá (PR), a empresa buscou desde cedo a consolidação na área de processamento de grãos, abrindo filiais em vários pontos do País. No começo dos anos 70, seguindo a tendência de expansão das fronteiras agrícolas para o interior do Brasil, inaugurou uma planta de processamento de milho em Itumbiara e outra, voltada à extração de óleo bruto do gérmen de milho, em Apucarana (PR).

Nos anos 80 e 90, a Caramuru firmou sua presença em Goiás. Em 1986, instalou em Itumbiara uma unidade de óleos vegetais e uma fábrica de pré-cozido de milho, além de uma unidade para produção de floculados em Apucarana.

A década de 90 marcou a modernização da empresa, que incorporou o Sistema de Gestão Integrado e criou um programa de orientação e distribuição de sementes aos produtores, para assegurar a qualidade final de seus produtos. Em 1992, inaugurou um complexo industrial em Itumbiara e, três anos depois, abriu uma fábrica para processamento de soja em São Simão e uma unidade armazenadora em Chapadão do Céu. Já em 2001, o grupo inaugurou em Itumbiara uma unidade para extração e refino de óleos especiais, sobretudo de girassol. A fábrica, uma das primeiras a incentivar a produção de girassol no País, é a única no país a utilizar girassol 100% nacional.

A partir de 1999, a história do grupo foi caracterizada pelos investimentos em logística, que contribuíram para que ele conquistasse sua posição de liderança entre as empresas de capital nacional no mercado de processamento de grãos.

são mínimas. Já o segundo custo, que é a logística, é diferente, lembrando as carências conhecidas na infra-estrutura brasileira. Foi nessa área que a Caramuru concentrou seus investimentos a partir de 1996. Privilegiamos a intermodalidade para operar grandes quantidades de soja e farelo destinados à exportação. Investimos em terminais na hidrovía Paranaíba-Tietê-Paraná, em locomotivas e vagões e no Porto de Santos. Investimos também na navegação pelo Rio São Francisco para operar fábricas em Petrolina, Juazeiro e Fortaleza. Intensificamos

“A desoneração do ICMS na exportação foi positiva para as exportações, mas negativa quanto a agregar valor à matéria-prima”

o transporte ferroviário em direção a Santos e Tubarão. Nessas operações nos diferenciamos dos competidores do setor de commodities,

caracterizado pelas pequenas margens.

Goiás Industrial – A via fluvial é a melhor opção de transporte para Goiás, na sua opinião?

Alberto Borges – Realmente, a hidrovía é o transporte mais barato, seguido da ferrovia e, por último, da rodovia. No entanto, em logística, cada caso é um caso, depende da origem e do destino, da escala e do produto a ser transportado. O potencial para aumento de transporte da hidrovía Tietê-Paraná é de 4 milhões de toneladas com baixíssimos in-

vestimentos. Já temos uma ferrovia Leste-Oeste subutilizada. As empresas e os Estados do Centro-Oeste e São Paulo precisam se estruturar para tirar proveito dessa oportunidade competitiva de logística.

Goiás Industrial – O que precisa mudar para que a exportação se torne uma realidade mais acessível às empresas?

Alberto Borges – Esse é um processo que se inicia com o próprio empresário ao trabalhar para deixar sua empresa competitiva em custos e qualidade, apesar dos entraves e dificuldades que ainda fazem parte do nosso País.

Goiás Industrial – Um dos

Sustentabilidade hoje é uma exigência de nossos clientes europeus. Ela engloba o meio ambiente, a responsabilidade social e as finanças. Com programas bem estruturados temos aprendido com eles a respeitar o ambiente

principais desafios da humanidade é o equilíbrio do ecossistema. É possível conciliar desenvolvimento com preservação?

Alberto Borges – É possível. Posso citar, concretamente, o exemplo de nossa recém-construída Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), que recupera 25 mil litros de água por hora. Essa atitude harmoniza progresso e qualidade ambiental. A sustentabilidade hoje é uma exigência de nossos clientes europeus. Ela engloba o meio, a responsabilidade social e as finanças. Com programas bem estruturados temos aprendido com eles a respeitar o ambiente e, ao mesmo tempo, participar de uma corrente que exige de seus parceiros essa atitude. ■

LOCAMOS EQUIPAMENTOS PARA QUEM CONSTRÓI GOIÁS



Retificador



Plasma



Talhas



PPU Solda e Corte



Transformador

VANTAGENS DA LOCAÇÃO

- Reduz o imposto de renda sem capital imobilizado;
- Utilização de equipamentos somente no período de obras;
- Sem área de estoque e pessoal para controle;
- Equipamentos modernos;
- Garantia de funcionamento com assistência técnica e reposição.

MIG/MAG



Inversor



Martelete



Esmerilhadeiras



Furadeira



Alusolda

ALUGUEL DE MÁQUINAS DE SOLDA, VENDAS E CONSERTOS

www.alusolda.com.br / vendas@alusolda.com.br

Fone: (62) 3549-6969 Rua das Avencas, 14 - Parque Primavera - Ap. de Goiânia



Paulo Itacarambi, ao lado de Paulo Afonso e Antônio Almeida: "Temos hoje uma verdadeira catequese."

Ser responsável faz a diferença

Fieg traz a Goiânia diretor do Instituto Ethos e mostra que responsabilidade social é hoje o grande diferencial competitivo das empresas

A Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) realizou, no dia 23 de novembro, o Seminário Goiano de Responsabilidade Social. O evento, promovido pelo Conselho Temático de Responsabilidade Social (CTRS), mobilizou diretores e presidentes de indústrias, diretorias de universidades e faculdades, empresários de micro e pequenas empresas e presidentes de sindicatos. Diretor executivo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Paulo Itacarambi, fez uma pa-

lestra sobre o tema Gestão Estratégica: Avanços e Desafios.

Durante o seminário, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer estratégias que podem ser adotadas pelas empresas para implementar a responsabilidade social. Itacarambi demonstrou, por exemplo, como preencher os indicadores de responsabilidade social adotados pelo Ethos e que permitem às empresas diagnosticar o nível em que se encontram em cada um dos temas. Ele mostrou ainda os

principais desafios e avanços registrados em todo o mundo. "A responsabilidade social não é uma questão só do empresário e da empresa, mas se relaciona com o comportamento de todos os funcionários. Assim, um grande desafio é capacitá-los para que tenham uma nova cultura gerencial", destacou Itacarambi.

Em Goiás, já existem atualmente 16 empresas associadas ao instituto. Em todo o Brasil, são 1.060. O diretor lembrou, porém, que há muitas empresas envolvidas com o movimento de respon-

sabilidade social e que não estão ligadas ao Ethos. “Temos hoje uma verdadeira catequese. Uma empresa vai convencendo a outra e nós também, juntamente com nossos parceiros, as Federações, vamos mostrando que a prática da responsabilidade é um diferencial competitivo”, observou.

Itacarambi lembrou ainda que, enquanto nas décadas de 80 e de 90, o grande diferencial era a qualidade dos serviços e produtos, atualmente ele está ligado à qualidade do relacionamento da empresa com todos os públicos a ela afetos, comunidade, fornecedores e clientes. “Se a empresa for ética, transparente, solidária, isso vai fazer a diferença”, reforçou.

PESQUISA INÉDITA

Além de um painel de debates sobre investimento social, durante o seminário foram apresentados aos parti-

cipantes o resultado de pesquisa sobre responsabilidade social na indústria goiana, desenvolvida pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL). Ao todo, 356 empresas foram consultadas. O objetivo foi levantar o número de empresas que adotam a prática da responsabilidade social em Goiás, assim como verificar se têm um conceito claro do que vem a ser essa prática, em que áreas atuam, como lidam com questões relativas ao meio ambiente, colaboradores e comunidade, se praticam o balanço social.

A pesquisa, que permitirá ao conselho planejar ações para estimular as práticas socialmente responsáveis, demonstrou que 36% das empresas sabem o que é responsabilidade social, mas não possuem experiência de aplicação dessa política. Apontou também que 41% dos entrevistados pretendem implantar projetos nesse sentido, mas que não têm prazo previsto para fazê-lo. ■

ESTÍMULOS PARA INVESTIMENTOS EM RESPONSABILIDADE SOCIAL

- 58% apontam a “busca da melhoria da imagem da empresa junto ao público”;
- 56% disseram ser o “envolvimento dos seus funcionários com a empresa”.

RECURSOS UTILIZADOS NA GESTÃO

- 61,5% utilizam recursos próprios;
- 36,5% desconsideram recursos utilizados.

VOLUME DE RECURSOS EMPREGADOS EM PROJETOS

- Valor total de recursos aplicados pelas empresas pesquisadas em 2004: R\$ 18,2 milhões;
- 43% das empresas empregaram até R\$ 10 mil;
- 62% das empresas que empregaram algum valor, empregaram até 2% da receita bruta.

Que a beleza das palavras acompanhe você em 2006. Desejamos que a esperança e a paz sejam marcas nesta virada de página, escrevendo um próximo ano repleto de alegrias e realizações.

Feliz Natal!

Próspero 2006!





Peso sobre a produção

Setor produtivo sofre com alta carga tributária e com a complexidade e burocracia do sistema brasileiro, acusado de inibir a competitividade das empresas. Impostos pagos, no entanto, não são revertidos para o cidadão sob a forma de serviços estatais de qualidade, ao contrário do que ocorre em países como Canadá e Alemanha, onde se paga menos e onde o Estado assume inteiramente os gastos com saúde, educação e segurança.



A aprovação recente da Medida Provisória 255, a chamada MP do Bem, foi recebida por empresários e economistas como avanço na política tributária brasileira. Um avanço pequeno, no entanto, muito aquém do que reivindica o setor produtivo, desestimulado pelo que considera um dos mais pesados e complicados sistemas tributários do mundo. A lei, sancionada no dia 21 de novembro pelo presidente Lula, prevê benefícios fiscais para exportadores, vendedores de imóveis, compradores de microcomputadores, municípios que possuem débitos com a Previdência, produtores de leite, micro e pequenas empresas.

“O Sistema Confederação Nacional da Indústria (CNI), juntamente com as federações, tem conseguido algumas vitórias, mas não o que pretendiam”, avalia o economista Reinaldo Fonseca dos Reis. “A MP 255 prevê incentivos para inovação tecnológica, que é muito importante, e aumenta o teto para as empresas que estão sob o regime de recolhimento de tributos federais pelo Simples. Outro avanço é a não cumulatividade do PIS e da Cofins. Na realidade, o estudo da CNI propunha uma alíquota final de

5,6% e o governo acabou adotando uma Cofins de 7,6%, o que ampliou a arrecadação do tributo, ao invés de reduzir”, observa.

Para o economista, o Brasil tem hoje não só uma das maiores cargas tributárias do mundo, mas um sistema de tributação concentrado na produção e no consumo, diferentemente dos países desenvolvidos, onde o peso maior recai sobre a renda e o patrimônio. Nos últimos três anos, a média de arrecadação tem sido de 36% do Produto Interno Bruto (PIB), o que significa que o governo, nos níveis federal, estadual e municipal, arrecada 36%, na média, de tudo o que é produzido no País. O primeiro semestre de 2005, no entanto, demonstrou que o País está prestes a superar essa média, pois nesse período a soma dos impostos federais, estaduais e municipais correspondeu a 39,34% do PIB, de acordo com estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). No primeiro semestre de 2004, o índice havia sido de 37,83%.

Da mesma forma, a carga tributária per capita do primeiro semestre de 2005, em comparação com o mesmo período do ano anterior, apresentou crescimento de 13,32%, o que equivale a dizer que

CALCULANDO SEU IMPOSTO

Os brasileiros interessados em saber exatamente quanto pagam de imposto podem recorrer a um serviço oferecido pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). Com o objetivo de conscientizar os cidadãos sobre a carga de impostos e mobilizar a sociedade por uma maior transparência tributária, o instituto mantém em seu site (www.ibpt.org.br) a Calculadora do Imposto, que pode ser utilizada por funcionários públicos, funcionários de empresas privadas que tenham carteira assinada, profissionais liberais e trabalhadores do mercado informal. Outro endereço que pode ser consultado por quem deseja saber quanto está pagando cada vez que compra um produto ou serviço, é o do Feirão do Imposto (www.dcomercio.com.br/feiraomposto), uma iniciativa da Associação Comercial de São Paulo e Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp).

cada brasileiro pagou R\$ 231,06 a mais de tributos no semestre. Segundo o instituto, que projetou a carga tributária per capita para todo o ano de 2005, cada brasileiro deverá pagar R\$ 4.040 neste ano, R\$ 452 a mais do que no ano passado.

SEM EXPLICAÇÃO

Estudo realizado pelo IBPT também demonstra que a carga tributária brasileira é maior do que a carga de 13 dos 16 países que compõem as maiores economias mundiais. Somente França e Itália têm cargas maiores do que a brasileira. Até países como Canadá e Alemanha, onde os altos impostos custeiam integralmente os gastos com saúde, educação e segurança, pagam menos. No Brasil, além de se pagar mais impostos, os serviços estatais são ou inexistentes ou precários.

Reinaldo Fonseca acredita que, ao incidir sobre a produção e o consumo, a alta tributação também penaliza grande parte da sociedade de baixa renda, porque as alíquotas dos impostos sobre vendas são as mesmas para quem ganha um salário mínimo e para quem



Reinaldo Fonseca dos Reis: “Nos últimos três anos, a média de arrecadação tem sido de 36% do Produto Interno Bruto”

ganha 20 salários. “Até no aspecto da justiça social, o tributo no Brasil está desigual, está errado”, enfatiza.

O maior impacto da alta tributação, porém, segundo o economista, se faz sentir no setor produtivo, contrariando a própria política de desenvolvimento. “No Brasil, começa-se, às vezes, a pagar tributos antes mesmo de se começar a produzir, o que é uma aberração. Para abrir uma

empresa, por menor que seja, já se começa a pagar taxa. Além disso, nos últimos anos, temos nos defrontado com altas taxas de juros, o que penaliza demais o financiamento dos negócios e do consumo. Assim, a conjunção de tributos com altas taxas de juros torna o investimento um fator de maior risco. Para completar, não temos bancos de investimentos, que banquem e acreditem no negócio do cliente. Aqui, os bancos, para financiar um projeto de longo prazo, exigem garantias reais, além de existirem poucas instituições que se aventuram nos investimentos de longo prazo”, comenta Reinaldo Fonseca.

Fora as altas alíquotas, outro problema grave é a complexidade do sistema tributário brasileiro. Há um número excessivo de tributos federais e, alguns deles, como o Imposto de Renda e a contribuição social são praticamente os mesmos, assim como o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Em outros casos, como na esfera estadual, o problema é o excesso de leis. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é regi-

OTAMANHO DA CONTA PARA AS EMPRESAS

Com um sistema de tributação ineficiente, acabam tendo de pagar mais as empresas e o consumidor final, o que inibe a economia e dificulta o crescimento sustentável

Tributos federais

IPI – de 0% a uma taxa média de 5% (usado com efeito regulatório: produtos essenciais têm alíquota mais baixa e supérfluos, mais alta)
IRPJ – 25% sobre lucro
CSSL – 9%, em média

PIS – 0,65% (a base de cálculo é o faturamento) *
Cofins – 3% (a base de cálculo é o faturamento) **

Tributos trabalhistas

INSS – 20%, em média

Sistema S (Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sebrae) – 5%, em média
Fundo de Garantia sobre Tempo de Serviço (FGTS) – 8%

Tributos estaduais

ICMS – 17%, em média

* no cálculo não cumulativo, a alíquota é 1,65% ** no cálculo não cumulativo, a alíquota é 7,6%



O setor de carne emprega bastante e, por isso, é penalizado com a alta tributação sobre a atividade

do por 27 legislações diferentes, uma para cada Estado, o que atrapalha a aproximação de investidores estrangeiros. “Eles não entendem nossas leis”, avalia o presidente do Sindicato das Indústrias de Carne e Derivados (Sindicarne), José Magno Pato. “O Brasil é um emaranhado de decretos e medidas provisórias. Por mais que o cidadão e as entidades se esforcem, não têm como compreender. Não se conseguiu ainda montar uma legislação que seja favorável ao cidadão e que atenda às necessidades de arrecadação”, diz.

O setor em que atua José Magno Pato, porém, é um dos poucos beneficiados com alíquotas mais baixas do imposto estadual. Em Goiás e em outros Estados brasileiros, o ICMS do boi foi reduzido para 3%. Mesmo assim, a adoção de alíquotas diferentes, segundo ele, inibe a comercialização entre os Estados. Para o empresário, as indústrias goianas que exportam carne e derivados só não perdem mais

O sistema de tributação no Brasil é concentrado na produção e no consumo, diferentemente dos países desenvolvidos

em competitividade graças à Lei Kandir, que isenta as exportações do pagamento de ICMS. Ainda assim, o setor, que emprega muito, sofre com a alta tributação sobre o trabalho.

“Vivemos hoje um verdadeiro caos tributário”, avalia o presidente do Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis (SIAA), Wilson de Oliveira. “Advogados, empresários e até mesmo os fiscais não compreendem o sistema”, reforça.

CONHECER E PLANEJAR

O advogado tributarista Cairon Santos lembra que, no Brasil, a carga tributária é similar a dos países desenvolvidos, mas que, nesses países, não se utiliza a cumulatividade. Ele acredita que o sistema tributário brasileiro precisa ser alterado, reformado e simplificado. “A reforma tributária deve ser feita de forma que a União não perca receita, mas com uma legislação que extinga alguns impostos e incorpore outros. A simplificação do sistema arrecador poderá evitar a sonegação”.

Enquanto a reforma não ocorre, porém, o advogado recomenda aos empresários que adotem a prática do planejamento tributário e que procurem se informar sobre a natureza e percentual de cada tributo pago. “É importante que o empresário faça o cálculo de quanto está pagando; que saiba os valores de cada tributo separadamente, que os some e calcule em reais o quanto do seu faturamento está indo para pagar impostos”.

MP DO BEM

Abaixo, as principais alterações trazidas pela Medida Provisória 255/2005, convertida na Lei nº 11.196/05, popularmente chamada de MP do Bem

EXPORTADORES: empresas que exportam 80% ou mais terão isenção de PIS e Cofins.

COMPUTADOR: com valor até R\$ 2,5 mil = alíquota zero de PIS e Cofins.

IMPOSTO DE RENDA SOBRE GANHO DE CAPITAL: na venda e aquisição de imóveis com prazo de até 180 dias não haverá Imposto de Renda sobre o ganho de

capital (diferença entre a venda e o valor da compra).

CPMF: isenção na migração entre fundos de pensão.

PLANOS DE PREVIDÊNCIA: ampliação do prazo para adesão à tabela regressiva do Imposto de Renda a participantes de planos de previdência.

PRODUTOS LÁCTEOS: isenção de PIS e Cofins para mussarela, queijos, leite em pó, etc.

SIMPLES: aumento de 100% nos limites das micro e pequenas empresas (o limite de R\$ 1,2 milhão passou para 2,4 milhão de faturamento no ano)*

* Só terá efeito prático quando o governo fixar as novas alíquotas.

Para começar a fazer o planejamento tributário, é necessário conhecer as diferenças e especificidades de cada tributo. Cairon Santos explica que o tributo é um gênero, dentro do qual encontram-se as espécies: impostos, taxas e contribuições, aplicados nas instâncias federal, estadual e municipal.

As contribuições e taxas são pagas em função de um serviço estatal específico. A contrapartida específica do Estado para com a pessoa física ou jurídica que as recolhe já está prevista na lei que as criou. Entre as taxas encontram-se, por exemplo, aquelas pagas para expedir certidões negativas, obter licença para uso do solo ou serviços judiciários. No âmbito das contribuições, estão as destinadas à Previdência Social, como PIS e INSS. Com os impostos, por outro lado, não existe essa relação, não há uma contrapartida de serviços estatais definida. O recurso do imposto é gasto pelo governo de forma discricionária em diversas áreas, como saúde, educação ou segurança, de acordo com as políticas governamentais e com o orçamento.

O tributarista observa também que, apesar do número excessivo de impostos e das altas alíquotas, “é muito importante que as empre-

sas entendam que pagar imposto é mais barato do que sonegar. Caso o empresário opte pela sonegação, poderá ter no futuro uma contingência tributária, uma autuação impagável, que pode levar a empresa à falência. Os perigos são grandes e as multas, muito altas”.

Cairon Santos reforça a necessidade de que o empresário faça uma organização estratégica da empresa. “O que compensa é fazer o planeja-



Cairon Ribeiro dos Santos: “O sistema tributário brasileiro precisa ser alterado, reformado e simplificado”

mento tributário, calculando os índices e escolhendo o mais barato”. Segundo ele, alguns tributos como a Contribuição Social Sobre o Lucro (CSSL) e o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) podem ser, inclusive, calculados de outras formas. “O IRPJ e a CSSL incidem sobre o lucro da empresa (real ou presumido). Isso significa que, se ela se não tiver lucro, não paga. A lei tributária permite à empresa presumir o lucro, o que pode resultar em percentuais mais baixos. Além disso, para a micro e pequena empresa as regras são diferentes e elas podem se beneficiar do Simples”, destaca.

Embora já identifique no Brasil uma tendência ao combate à cumulatividade ou efeito cascata, como a mudança do PIS e da Cofins, que já não são cumulativas, o tributarista observa que o cálculo dos tributos a pagar é ainda uma operação complexa para o empresário. “A fiscalização, há muito tempo, vem transferindo para a empresa a obrigação de calcular esses tributos. Todo o ônus demandado por essa tarefa é dela, a começar da necessidade de contratar mais funcionários. Às vezes, a empresa não sabe fazer esse cálculo ou o faz sonegando”, adverte.

Pagando para empregar e para trabalhar

Empresas deixam de contratar por causa dos altos tributos e contribuintes pagam duas vezes por serviços essenciais, como educação e saúde

Além dos impostos e contribuições que incidem sobre o lucro e o faturamento, as empresas brasileiras arcam com uma alta carga de impostos trabalhistas. Quando uma empresa contrata um empregado por um salário mensal de R\$ 1 mil, na verdade seu custo é de R\$ 2 mil. “Em média, é 100% o que se paga de imposto”, observa o tributarista Cairon Santos, lembrando que o empregado paga para a Previdência Social cerca de 10%, mas a empresa é obrigada a recolher aproximadamente 20% sobre toda a folha de pagamento para o INSS, 5% para o Sistema S (Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sebrae) e 8% para o INSS. “Nenhum país do mundo usa uma tributação tão alta e tão indevida como essa que nós temos sobre a folha de pagamento. Ela inibe o emprego”, acrescenta.

Uma das conseqüências da carga excessiva sobre a folha salarial acaba sendo a informalidade. Os pequenos negócios funcionam na clandestinidade, não registrando seus empregados. Hoje, no Brasil mais de 50% das pessoas que estão trabalhando não são registradas.

“O pior ocorre na zona rural, nas lavouras temporárias, onde se contrata por um ou dois meses na época da colheita e limpeza de terreno. Lá, não se tem ainda um ajuste claro de como contratar pessoas por período

O brasileiro vem tendo de assumir mais despesas com serviços privados que substituam os serviços públicos ausentes ou deficientes

dos temporários. Como há toda uma burocracia de contratação, são exigidos tantos papéis que o empregado não consegue reuni-los a tempo, porque vai trabalhar ali por 15 ou 40 dias. Assim, essas grandes lavouras estão contratando máquinas que fazem o trabalho da mão-de-obra, em razão, principalmente, das exigências absurdas da nossa legislação”, critica o economista.

Para o empresário do setor de alimentos e presidente da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia), Wilson de Oliveira, as conseqüências da alta tributação estão sendo ainda mais graves, pois da sonegação as empresas estão partindo para a informalidade que se transforma, em muitos casos, em criminalidade. “Hoje, o empresário que procura pagar os impostos concorre não só com quem sonega, quem atua na informalidade, mas também com os que vendem mercadorias falsificadas ou roubadas”, lamenta

SEM CONTRAPARTIDA

Se o empregador sofre para pagar tantos tributos, o empregado também está trabalhando para pagá-los. No caso do trabalhador assalariado, a tributação que incide sobre os rendimentos é formada principalmente pelo Imposto de Renda de Pessoa Física, pela contribuição previdenciária (INSS, previdências oficiais) e pelas contribuições sindicais. Além disso, o cidadão paga tributação sobre consumo, já inclusa no preço dos produtos e serviços, como PIS, Cofins, ICMS e ISSQN, e tributação sobre o patrimônio, como IPTU e IPVA. Arca ainda com taxas como limpeza pública, coleta de lixo e emissão de documentos.

Enquanto em 2003, o contribuinte brasileiro teve de destinar em média 36,98% de seu rendimento bruto para pagar a tributação sobre seus rendimentos, consumo e patrimônio, em 2004, ele comprometeu 37,81% dos ganhos e, em 2005, está destinando 38,35%. Segundo cálculo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), o cidadão tem de trabalhar 4 meses e 20 dias somente para pagar a carga tributária que lhe é imposta. Na década de 70, tinha de trabalhar 2 meses e 16 dias, o que significa que hoje se trabalha o dobro para pagar tributos.

O estudo feito pelo IBPT também demonstra que o brasileiro vem tendo de assumir mais despesas com serviços privados que substituam os serviços públicos ausentes ou deficientes. Os gastos privados com educação, saúde, segurança e previdência vêm se acentuando a cada ano. Na avaliação do perfil de gastos das famílias de classe média, observou-se que, se na década de 70 havia o comprometimento de 7% da renda para aquisição desses serviços, em 2005 o índice subiu para 31%. ■

Aprendizes põem conhecimento à prova

Senai Goiás leva 18 competidores à Olimpíada do Conhecimento, que acontecerá em 2006, no Recife, e premiará os melhores em 48 ocupações industriais

Maior e mais importante competição de educação profissional da América Latina, a Olimpíada do Conhecimento já mobiliza centenas de alunos do Senai de todo o País. A etapa nacional do certame acontecerá entre os dias 6 e 14 de março do ano que vem, no Recife (PE). A disputa será focada em educação, tecnologia e cultura, envolvendo 48 ocupações industriais. Os melhores classificados representarão o Brasil no Torneio Internacional de Formação Profissional, espécie de Copa do Mundo da preparação de mão-de-obra, que ocorrerá no Japão, em 2007.

De Goiás, 18 competidores das oito escolas e faculdades da instituição no Estado irão disputar no Recife medalhas nas áreas de tecnologia da informação, instalação e manutenção de redes/PC, mecânica de automóveis, tornearia, desenho mecânico em CAD, fresagem, mecânica diesel, eletricitista instalador predial, eletrônica, design gráfico, mecânica geral, tornearia CNC, marcenaria, confec-

ção de roupas, soldagem, eletricista industrial e mecânica de manutenção.

Realizada a cada dois anos, a olimpíada tem por objetivo aperfeiçoar a qualidade do ensino técnico oferecido pelo Senai em todo o País na formação de mão-de-obra para as indústrias. São avaliados conhecimentos técnicos, tecnoló-

gicos, qualidades pessoais e habilidade. Na última edição do evento, Goiás obteve a 8ª colocação na classificação geral, à frente de Estados mais industrializados, como Rio de Janeiro e Paraná.

Em 2006, a competição brasileira terá duas novidades: a inclusão de novas ocupações, como florista e cabeleireiro, e a participação de

delegações convidadas de outros países. Paralelamente à olimpíada, também será realizada a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional, Cultura e Tecnologia no Centro de Convenções de Pernambuco. No local, irão funcionar ainda o Espaço Brasil de Educação Profissional, onde as instituições e empresas parceiras do Senai terão a oportunidade de expor marcas e produtos, o fórum do pensamento e desenvolvimento da educação profissional e da tecnologia industrial, e, a Praça da Cidadania, local destinado à realização de treinamentos rápidos para iniciação e aperfeiçoamento profissional do público visitante. ■

Melhores classificados na disputa vão representar o Brasil no torneio internacional de formação profissional, no Japão, em 2007



Criada Fundação de Amparo à Pesquisa

Fapeg impulsionará desenvolvimento e tirará Goiás do grupo dos poucos Estados brasileiros que não tinham uma instituição de amparo à pesquisa

O Estado de Goiás já conta agora com sua Fundação de Amparo à Pesquisa. A lei que instituiu a Fapeg foi aprovada na Assembléia Legislativa no dia 23 de novembro. A fundação irá atuar no fomento às atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que possam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Estado. Para criar a Fapeg, a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Sectec) constituiu uma comissão com representantes de diversas instituições e vem promovendo, desde abril deste ano, uma série de reuniões e encontros com os setores acadêmico e empresarial. Foram realizadas audiências públicas nas cidades de Goiânia, Jataí, Catalão, Anápolis e Posse.

A Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) integrou a comissão responsável pela elaboração do

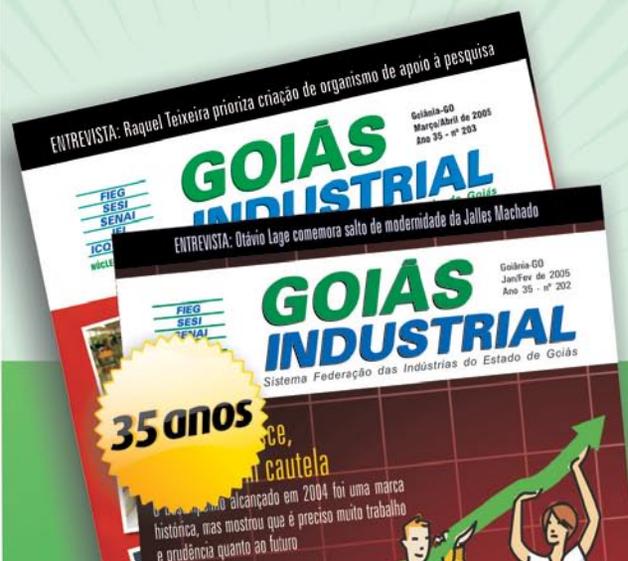
projeto de lei e participou ativamente das discussões. Além de fomentar e financiar pesquisas individuais e em grupo, promovendo a qualificação por meio de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, a Fapeg irá participar financeiramente do custeio de instalação e modernização de unidades de pesquisa públicas e privadas. Entre suas atribuições, está ainda a de promover intercâmbio de pesquisadores nacionais e estrangeiros e subvencionar a publicação dos resultados das pesquisas.

Segundo o secretário de Ciência e Tecnologia de Goiás, Cleildo Barreto, a fundação irá aglutinar ações e recursos dos setores público e privado, provenientes do orçamento do Estado, doações, contribuições de pessoas físicas e jurídicas e fontes internacionais de financiamento.

Do total de 3% dos recursos já

previstos no orçamento do Estado para a execução da política estadual de ciência e tecnologia (inclusive para custeio da educação superior estadual), 1/6 irá para a fundação, ou seja, 0,5%, o que equivale a R\$ 28 milhões por ano. “O percentual fixado é exequível e a Fapeg não terá sua continuidade ameaçada nos governos subsequentes a este por falta de recursos”, afirmou Barreto.

Até a criação da Fapeg, Goiás era um dos cinco Estados brasileiros sem uma fundação de amparo à pesquisa. Para o presidente do Conselho Temático de Competitividade Industrial da Fieg, Ivan da Glória Teixeira, o Estado irá ganhar muito. “A Fapesp foi criada em 1947 e instalada em 1962, e tornou-se a principal responsável pelo desenvolvimento tecnológico e pela inovação no Estado de São Paulo”, exemplificou. ■



Se o seu cliente é o formador de opinião, a melhor mídia para o seu anúncio é a Goiás Industrial.

**Para anunciar, entre em contato
Fone (62) 3093-4014
sinteseconunicacao@brturbo.com.br**



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva entrega troféu ao goiano Alexandre Costa, um dos vencedores do Prêmio Finep de Inovação Tecnológica

Estímulo à inovação

Indústria goiana conquista o 1º lugar no Prêmio Finep de Inovação Tecnológica 2005, na categoria pequena empresa. Outras indústrias locais são destacadas na etapa regional

A goiana Pctel - Soluções Inteligentes classificou-se em 1º lugar no Prêmio Finep, etapa nacional. A promoção reconhece empresas que fazem investimentos em pesquisa e desenvolvimento. A solenidade de entrega do prêmio ocorreu em dezembro, no Palácio da Alvorada,

em Brasília (veja relação dos premiados no site www.finep.gov.br).

Outras indústrias sediadas em Goiás também participaram da final e, anteriormente, foram premiadas na etapa Centro-Oeste, que aconteceu em outubro, em Goiânia, na Casa da Indústria.

Ao todo, 14 projetos de empresas e instituições de pesquisas foram selecionados, entre eles sete de Mato Grosso do Sul, cinco de Goiás, um do Distrito Federal e um de Mato Grosso.

A Pctel e a Equiplex Indústria Farmacêutica ficaram em primeiro lugar na etapa regional,

respectivamente nas categorias pequena empresa e processo. Esta última foi premiada ainda na categoria grande empresa, graças a um equipamento que desenvolve na área de embalagem. Outras duas goianas, a HP Print do Brasil e a ATP Máquinas Agrícolas ficaram, respectivamente, em segundo e terceiro lugar na categoria produto.

Durante a solenidade de premiação, a exemplo do que vem fazendo em todas as regiões brasileiras por ocasião da entrega do prêmio, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) prestou homenagem a personalidades que realizaram ações em favor da ciência, tecnologia e inovação. No Centro-Oeste a homenagem coube ao ex-governador Henrique Santillo. Placa alusiva foi entregue a sua filha, Carla Santillo, com os seguin-

tes dizeres: “Reconhecimento e saudade. A Ciência, a Tecnologia e a Inovação em Goiás muito devem a Henrique Santillo, o governador que teve a visão e a coragem de destinar 3% da receita estadual ao Fundo de Ciência e Tecnologia, essencial ao progresso e ao bem-estar social no Estado. A ele, também exemplo de trabalho, honradez e grandeza humana, o reconhecimento, a admiração e a saudade da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg).“

O Prêmio Finep de Inovação Tecnológica foi criado em 1988 com o objetivo de estimular os esforços inovadores das empresas no campo tecnológico, especialmente dos projetos que gerem resultados de impacto para a sociedade. Paralelamente à premiação, a Finep opera uma linha de financiamento para empresas inovado-

Homenagem a personalidades que atuaram a favor da inovação marcou solenidade. No Centro-Oeste, o homenageado foi Henrique Santillo, que destinou 3% da receita estadual ao Fundo de Ciência e Tecnologia

ras, com juros semelhantes ao do crédito agrícola, dispondo de R\$ 340 milhões para investimento no programa em 2006. ■

VENCEDORES DO PRÊMIO FINEP DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - ETAPA CENTRO-OESTE

CATEGORIA GRANDE EMPRESA

- 1º lugar: Real & Cia Ltda. (MS)
- 2º lugar: Equiplex Indústria Farmacêutica Ltda. (GO)

CATEGORIA PEQUENA EMPRESA

- 1º lugar: Pctel - Soluções Inteligentes (GO)
- 2º lugar: Aeronet Informática e Representações Ltda. (DF)

CATEGORIA INSTITUIÇÃO DE PESQUISA

- 1º lugar: Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - UNIDERP/CESUP (MS)
- 2º lugar: Grupo de Pesquisa em Engenharia e Computação da Universidade Católica Dom Bosco (MS)

CATEGORIA INOVAÇÃO SOCIAL

- 1º lugar: Universidade Católica Dom Bosco – UCDB (MS)
- 2º lugar: Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - UNIDERP/CESUP (MS)
- 3º lugar: Dom e Arte – Núcleo Cooperativo de artesãos de Dom Aquino (MT)

CATEGORIA PROCESSO

- 1º lugar: Equiplex Ind. Farmacêutica Ltda. (GO)
- 2º lugar: Associação MOR - madeira e ossos reciclados (MS)

CATEGORIA PRODUTO

- 1º lugar: Pele Nova Biotecnologia S/A (MS)
- 2º lugar: HT Print do Brasil Ltda. (GO)
- 3º lugar: ATP - Máquinas Agrícolas (GO)

Caminhos para a agroindústria

Pesquisa realizada pelo Conselho Temático de Agronegócios mostra obstáculos enfrentados pelo setor e alternativas para que empresas aumentem competitividade

As agroindústrias goianas têm muito a fazer para aprimorar seus sistemas de gestão. Precisam contar ainda com a colaboração mais ativa das universidades que, atualmente, participam pouco da qualificação dos profissionais que atuam no setor. Essas foram algumas das conclusões do Diagnóstico do Setor Agroindustrial do Estado de Goiás, pesquisa desenvolvida pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), por meio do Conselho Temático de Agronegócios.

O estudo foi realizado pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL) com objetivo de conhecer a realidade do setor agroindustrial e mapear as principais

condições que afetam a competitividade das indústrias goianas em suas diversas cadeias produtivas. A partir dele, a Fieg irá elaborar a Agenda da Competitividade do Agronegócio em Goiás, um instrumento de apoio para que a federação se posicione frente ao governo, agentes de mercado e organizações não governamentais, na defesa da agroindústria goiana. Para divulgar o diagnóstico, a Fieg realizou, no dia 24 de novembro, na Casa da Indústria, seminário destinado aos empresários do setor agroindustrial, representantes do governo e universidades.

A pesquisa foi realizada por amostragem com 119 indústrias de peque-

no, médio e grande porte. Foram pesquisadas, entre outras, empresas das áreas de curtimento de couro, abate de reses, aves e pequenos animais, fabricantes de açúcar e álcool, torrefação e moagem de café, e refino de óleos vegetais. O estudo abordou dez aspectos: perfil das empresas, gestão empresarial, recursos humanos, financiamento, investimento e tributação, produção, logística e infra-estrutura, mercados, pesquisa e tecnologia, condições fitossanitárias, zoonosológicas e de defesa sanitária, além da questão ambiental.

Entre os dados revelados pela pesquisa estão as práticas de gestão adotadas pelas empresas. O estudo

REFERÊNCIA ADOTADA PARA TOMADA DE DECISÕES POR PARTE DAS EMPRESAS



RETORNO DA IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO





Igor Montenegro, presidente executivo do Conselho Temático de Agronegócio: “Trata-se do estudo mais abrangente sobre o setor já feito em Goiás”. Demais dirigentes de sindicatos e presidente da Fieg, Paulo Afonso, confirmam abrangência da pesquisa realizada pelo IEL

demonstrou, por exemplo, que 87% das indústrias utilizam como referência para a tomada de decisões o comportamento do mercado e apenas 27% consideram os indicadores de desempenho. Por outro lado, 75% dos entrevistados disseram ter programas de gestão implantados.

“Notamos pela pesquisa que as empresas precisam melhorar sua visão estratégica”, observa o coordenador técnico da Fieg, Welington da Silva Vieira. “Suas práticas são ainda muito empiristas, reativas, demonstrando a necessidade de se desenvolver, de outro modo, a cultura da profissionalização da gestão”. Um dado que chama atenção, segundo, o coordenador, é a baixa participação das universidades

na qualificação dos funcionários que atuam nas agroindústrias. Apenas para 8% das empresas pesquisadas, as universidades foram responsáveis pela qualificação de seus funcionários. Em 87% dos casos, as próprias empresas se responsabilizaram por qualificá-los. Da mesma forma, 49% dos empresários consultados disseram não ter parceiros para desenvolver projetos na área de pesquisa e tecnologia, o que, para Welington Vieira, mais uma vez demonstra a necessidade de se repensar o papel das universidades no contexto da agroindústria goiana.

Para o presidente do Conselho Temático de Agronegócios da Fieg, Igor Montenegro, essa foi a maior pesquisa sobre o setor industrial já realizada

no Estado. “A agroindústria goiana tem condições de ser não só uma das maiores, mas uma das melhores do País. O estudo mostrou as dificuldades enfrentadas e o que precisa ser feito para melhorar o perfil exportador das indústrias e prepará-las para o mercado externo”, observa. De acordo com Igor, os dados demonstraram que um dos principais gargalos do setor está no transporte. Das 119 empresas pesquisadas, 114 utilizam somente o modal rodoviário. “A utilização de um único modal acaba gerando um colapso”, reforça, lembrando também que as dificuldades na armazenagem de matéria-prima e produtos demonstram que esse é ainda um nicho de mercado a ser explorado. ■

MARCA EMPRESARIAL

MÁRGARA MORAIS



RECONHECIMENTO

O presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, recebeu a Medalha Pedro Ludovico Teixeira, em sessão solene, no dia 10 de novembro, no Plenário da Câmara Municipal de Goiânia. A homenagem foi proposta pelo vereador Anselmo Pereira (à direita, na foto, com Paulo Afonso e Solange) que

destacou o fato de o empresário dedicar sua vida à luta em prol do desenvolvimento econômico do Estado de Goiás. O vereador lembrou ainda o empenho do presidente da Fieg em debater com a sociedade os problemas da capital, preocupando-se sempre com a preservação do meio ambiente.

HOMENAGEM DO ESTADO

No dia 25 de novembro foi a vez da Assembléia Legislativa homenagear o presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, com a condecoração da Medalha do Mérito Legislativo Pedro Ludovico Teixeira, proposta pela deputada estadual Laudeni Lemes. A sessão solene foi realizada no Plenário Getulino Teixeira Artiaga, na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás.

BORRACHA FLANGEADA



Juntas de Expansão

Aplicação: Ar Condicionado
Petroquímica - Mineração
Alimentícia - Industrial
Predial - Naval - Refrigeração
Chillers - Tubulação em Geral
Máquinas - Equipamentos, etc.

K KARTEM COMERCIAL LTDA
Rua das Orquídeas, 820 - CEP: 09810-390 - S. B. do Campo - SP
Fone/Fax: 11 4351.4619 / 4351.6550 - kartemcomercial@globo.com



COM A MÃO NA MASSA

Voluntários, funcionários, professores e alunos da Faculdade de Tecnologia Senai Roberto Mange, de Anápolis, realizaram, no dia 4 de novembro, naquela unidade, uma edição do Ação Social Integrada. O projeto, desenvolvido pelo Senai em parceria com o Sesi, tem o objetivo de difundir a cooperação academia-comunidade e possibilitar ao aluno formação humanizada por meio da atuação voluntária.

ENCONTRO COM BELGAS

Representantes da Fieg, da Secretaria de Comércio Exterior de Goiás, industriais e presidentes de sindicatos estiveram, entre os dias 18 e 25 de novembro, em São Paulo, participando de encontros de negócios com grupo de belgas que vieram ao Brasil com o objetivo de estreitar relações comerciais e de investimento. A

participação da Fieg no encontro foi acertada durante visita feita por dois representantes do consulado belga em Goiânia. As exportações goianas para Bélgica, entre janeiro a setembro de 2005 somaram mais de US\$ 23 milhões. Goiás exporta para aquele país principalmente grãos, bagaços e outros resíduos de soja.

VALORES DA INDÚSTRIA

Dois pioneiros da indústria goiana foram condecorados. Waldyr O'Dwyer, presidente do Núcleo Regional da Fieg em Anápolis, recebeu no dia 21 de novembro, pela Assembléia Legislativa, o título de cidadão goiano. A proposição foi da deputada Onaide Santillo. O outro é Daniel Viana, homenageado pelo Tribunal Regional do Trabalho - 18ª Região



Dia da Polônia

Evento que reuniu poloneses e empresários goianos pode reverter saldo negativo de exportações para aquele país

Com objetivo de estreitar as relações socioeconômicas entre a Polônia e o Brasil, com a participação do Estado de Goiás, a Fieg promoveu, no dia 1º de dezembro, no Auditório João Bennio, na Casa da Indústria, o Dia da Polônia em Goiás. O evento contou com a presença do embaixador da Polônia no Brasil, Pawel Kulpiowski. Na ocasião, foi realizado o vernissage *O Cartaz Polonês*, com participação da embaixatriz da Polônia, Lídia Kulka Kulpiowski.

Várias palestras marcaram a programação do evento. O embaixador polonês falou sobre Polônia-Brasil,

o Presente e o Futuro e o conselheiro comercial da Embaixada da Polônia no Brasil, Piotr Maj, apresentou uma exposição sobre o que se pode vender e comprar naquele país.

Na lista dos produtos vendidos por Goiás estão café em grão, algodão em pluma, miudezas de bovinos e de ave. Os empresários goianos pretendem, no entanto, diversificar e aumentar as exportações, sobretudo de grãos, carnes, minérios e álcool anidro para ser adicionado à gasolina. Estão dispostos também a intensificar as importações, sobretudo de serviços tecnológicos, aviões e insumos agrícolas.

De acordo com Kulpiowski, a Polônia e o Brasil têm uma história de mais de 200 anos de boas relações e seu país está aberto aos produtos goianos. O embaixador convidou o governador e os empresários a participar da maior feira de alimentos da Europa Central, a Polagra, realizada anualmente em setembro, na cidade de Poznan.

O governador Marconi Perillo, fez uma palestra sobre as potencialidades do Estado e aproveitou para anunciar a realização de uma missão comercial à Polônia, prevista para o início de 2006. Segundo ele, são grandes as possibilidades de negócios com Goiás.

Até outubro de 2005, o Brasil vendeu produtos no valor de US\$ 254,18 milhões para a Polônia e comprou US\$ 104,42 milhões, com saldo positivo para os brasileiros de US\$ 149,76 milhões.

Na Casa da Indústria, Paulo Afonso Ferreira, presidente da Fieg, e primeira-dama do Estado, Valéria Perillo, visitam exposição referente à arte polonesa, ao lado da embaixatriz daquele país no Brasil, Lídia Kulka Kulpiowski





Embaixador da Polônia, governador Marconi Perillo e outras autoridades são recepcionadas na Casa da Indústria e discutem possíveis relações comerciais

Porém, a balança não é favorável aos goianos, pois, nesse período, Goiás exportou apenas US\$ 736,44 mil para Polônia, importando de lá US\$ 4,62 milhões, o que caracterizou um saldo negativo de US\$ 3,88 milhões

Para o presidente do Conselho Temático de Comércio Exterior da Fieg, Ronaldo Sales, o Dia da Polônia foi um evento muito importante para promover aproximação maior com aquele país, que tem uma população de 40 milhões de habitantes, passou a fazer parte da Comunidade Européia e ocupa posição geográfica estratégica, além de conhecimento profundo sobre os povos do Leste

Governador Marconi Perillo fez palestra sobre as potencialidades do Estado e aproveitou para anunciar a realização de uma missão comercial à Polônia, prevista para o início de 2006

européu. Ele acredita que a partir de agora as relações tecnológicas e comerciais entre Goiás e Polônia podem ser fortalecidas. “Os poloneses são grandes produtores de insumos voltados para o setor agropecuário, através da química fina. É extremamente avançada a tecnologia desenvolvida por eles nessa área”, destacou.

Para o presidente do Conselho Temático de Comércio Exterior, a estratégia que o embaixador pretende adotar para promover essa aproximação, contatando os Estados, por meio das federações de indústria e outras instituições, é interessante e deve ter bons resultados. ■

Inovação tecnológica na sala de aula

Senai Goiás premia meia vencedores da etapa nacional do Concurso Nacional de Criatividade para Docentes, estimulando a pesquisa científica

Um software para cálculo de transformadores de distribuição de energia elétrica, um esmagador elétrico portátil de latas de alumínio, um processo para tratamento de resíduos de laboratório de alimentos e um sistema de proteção eletrônico para motores de combustão interna são alguns dos projetos inovadores desenvolvidos por técnicos do Senai Goiás, todos com aplicação na indústria ou no cotidiano das pessoas.

Os trabalhos concorreram à etapa estadual do Concurso Nacional de Criatividade para Docentes 2005 (Concríd) e conquistaram as primeiras colocações nas áreas de tecnologia da informação, metal/mecânica, alimentação e eletro-eletrônica, respectivamente. Além de um prêmio individual de 700 reais, os autores foram indicados para representar Goiás na fase nacional do Concríd e agora vivem a expectativa da classificação final do

concurso, que acontecerá em março de 2006, paralelamente à Olimpíada do Conhecimento, no Recife (PE). Ao todo, foram inscritos na etapa estadual 15 trabalhos.

Favorecer a melhoria da qualidade da educação profissional e proporcionar aos participantes o desenvolvimento de seu espírito científico por meio da pesquisa aplicada são os objetivos do Concríd. Essa promoção do Senai Nacional visa também valorizar o raciocínio

Antônio José de Barcelo e Rodrigo Mesquita da Cunha fazem simulação de tratamento de resíduos em laboratório de alimento



lógico, a originalidade, a criatividade e a evolução dos conhecimentos de instrutores, professores e técnicos das unidades operacionais da instituição.

Criador de um software que diminui o tempo gasto em projetos para fabricação de transformadores, Elizandro Vasconcelos, coordenador da área de eletro-eletrônica da Faculdade de Tecnologia Senai Roberto Mange, explicou que o programa realiza em segundos os cálculos necessários para a execução do trabalho, com maior segurança nos resultados. “Os engenheiros levam horas calculando esses dados manualmente. Isso causa fadiga, aumenta as chances de erros e eleva os gastos com o produto. O software foi desenvolvido em formato utilizado pelo Windows, com linguagem de última geração”, esclareceu.

O sistema operacional também imprime fichas de fabricação, que podem ser enviadas diretamente ao setor de produção da empresa, com todos os detalhes sobre as peças que compõem o transformador. O programa já é comercializado via Internet.

ESMAGADOR DE LATAS

A preocupação com o meio ambiente motivou os instrutores Claiton Cândido Vieira e Tarcísio de Paula Silva a desenvolver um protótipo de esmagador elétrico portátil de latas de alumínio, para facilitar a reciclagem desse material. Docentes do curso de aprendizagem em mecânica de manutenção industrial da Escola Senai de Itumbiara inovaram o produto manual já existente, tornando-o elétrico. “Os esmagadores manuais de latas exigem força. Com um mecanismo compacto, prático e de baixo custo, acreditamos que seja viável a utilização do equipamento em bares, lojas, distribuidoras



Coordenador da área de eletroeletrônicos, Elizandro Messias de Vasconcelos desenvolveu software para cálculo de projetos na fabricação de transformadores

do produto e, até mesmo, em casa” justificou Tarcísio.

Projeto também focado na questão ambiental se baseia no tratamento de resíduos de laboratório de alimentos, cujos elementos químicos prejudiciais à saúde são filtrados e estocados. O trabalho foi elaborado pelos instrutores Antônio Barcelo e Rodrigo Mesquita, respectivamente coordenador e docente do curso técnico em química industrial da Faculdade de Tecnologia Senai Roberto Mange.

Eles explicaram que os resíduos denominados de metais pesados são submetidos a um processo que envolve três etapas: tratamento químico, físico e análises para identificar sua eficiência. “Pretendemos com isso minimizar a emissão desses materiais na natureza, além de propor formas adequadas e seguras para sua estocagem”, resumiram. O projeto pode ser aplicado em todos os laboratórios de análises do setor produtivo e, também, em instituições de ensino que realizam aulas práticas na área.

Acabar com as conseqüências do descuido e falta de atenção de motoristas com os indicadores do sistema de arrefecimento e lubrificação do motor é o objetivo do trabalho proposto pelos técnicos Rubens Donizete e Vandenilson Cabral, instrutores dos cursos de aprendizagem em mecânica diesel e a álcool/gasolina da Escola Senai Fernando Bezerra, de Rio Verde. “A falta de monitoramento pode acabar provocando um superaquecimento do motor. Para evitar o problema, criamos um sistema de proteção eletrônico que desativa o funcionamento do veículo em caso de superaquecimento, insuficiência de pressão do sistema de lubrificação ou baixo nível do líquido arrefecedor. Em qualquer uma dessas situações, um sensor envia sinal que acionará o alarme sonoro e luminoso, indicando ao condutor que o sistema de proteção será ativado após 15 segundos, tempo suficiente para o motorista estacionar o carro em local seguro e evitar que o motor funda”, explicaram. ■

Cuidados com embalagens de madeira

Seminário promovido pelo Centro Internacional de Negócios da Fieg mostra a empresários como tratar madeira utilizada para produtos destinados à exportação

Empresas que não fizerem esterilização das embalagens de madeira utilizadas para exportação de produtos poderão ter suas mercadorias apreendidas ou a entrada barrada em portos estrangeiros. A esterilização é uma das exigências previstas pela Norma Internacional de Medida Fitossanitária nº 15 (NIMF), em vigor no Brasil e nos países ligados à Organização Mundial do Comércio (OMC). A medida busca evitar a disseminação de pragas florestais exóticas que possam ameaçar a atividade agrícola, estabelecendo, para isso, uma série de exigências quanto ao tratamento e à certificação fitossanitária da madeira utilizada no comércio internacional.

Para auxiliar as indústrias exportadoras a se ajustarem à norma, o Centro Internacional de Negócios da Fieg (CIN), em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), promoveu, em ou-

tubro, importante seminário sobre o assunto. O evento, que reuniu empresários e fiscais federais da vigilância agropecuária internacional, responsáveis pela implementação da NIMF nº 15 no País, esclareceu detalhes sobre a norma e seus reflexos nas relações comerciais internacionais.

A medida é válida para diversos segmentos produtivos, pois as embalagens de madeira são utilizadas para transportar vários tipos de produto, como tratores, cerâmica, remédios e artigos de vestuário. Um dos exemplos de pragas já transportadas por meio de embalagens de madeira e introduzida no Brasil é o bicudo do algodão, que fez a produção brasileira cair de 200 mil toneladas, em 1984, para 30 mil, em 1995, provocando a

perda de 250 mil postos de emprego, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o presidente da Associação Brasileira das Empresas de Tratamento Fitossanitário e Quarentenário (Abrafit), Marco Bertussi, o exportador tem três opções de logística: receber a embalagem de madeira já tratada, tratar em sua própria planta industrial ou tratar a madeira em empresa autorizada, ou ainda em portos, aeroportos ou fronteiras. “Se a carga for detida pela não cumprimento da norma, o porto de destino pode devolver a mercadoria ou retê-la e fazer lá a esterilização. O valor desse procedimento fora, chega a custar três vezes mais do que nos portos brasileiros”, explicou Bertussi. ■

Exportador pode utilizar embalagem de madeira já tratada, tratar em sua sede ou com empresa autorizada



PAÍSES QUE EXIGEM A NIMF Nº 15

África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, China (a partir de 2006), Chipre, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Filipinas, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Índia, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, México, Nigéria, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Paraguai, Peru, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Sri Lanka, Suécia, Suíça, Taiwan, Turquia (a partir de 2006) e Uruguai.

Responsabilidade social nas indústrias goianas

GIOVANNA DITSCHHEINER

Pesquisa realizada pela Fieg, em parceria com o IEL, permitiu conhecer a realidade das indústrias goianas no desenvolvimento de ações de responsabilidade social empresarial.

De uma amostra de 351 indústrias pesquisadas, 47% dos empresários afirmaram saber o que era responsabilidade social, embora alguns tenham experiência de aplicação em suas empresas e outros não.

Talvez por falta de conhecimento sobre o tema, alguns participantes citaram ações de caridade, outras desenvolvidas em cumprimento às legislações específicas relacionadas a benefícios ou mesmo de integração, como sendo ações de responsabilidade social.

É importante ressaltar, porém, que a caridade é caracterizada por ações paternalistas e pontuais, como doações a entidades carentes ou apoio a campanhas esporádicas. Já na responsabilidade social, estratégias são pensadas para orientar as ações das empresas de modo a garantir, além do lucro e da satisfação de seus clientes, o bem-estar da sociedade.

Apesar da crescente participação do setor privado em ações sociais, ainda existe um forte amadorismo na condução dessas iniciativas. Percebe-se isso quando a quase



Ações socialmente responsáveis devem ser estruturadas e duradouras

totalidade dos participantes afirma realizar doações diversas em caráter pontual para os mais variados públicos ou associações já conhecidas. Em sua grande maioria, as ações são efetuadas por iniciativa exclusiva dos proprietários, sem a participação dos colaboradores, e os resultados mais percebidos basearam-se, em quase sua totalidade, na satisfação pessoal do proprietário, geralmente anônimo.

Assim, antes de pensar em investir no social, as empresas preci-

sam fazer o dever de casa, ou seja, olhar para dentro de si mesmas, investindo no bem-estar de seus próprios funcionários. Nesse quesito, os resultados indicaram que apenas uma minoria oferece benefícios aos seus funcionários. Esses benefícios são citados por duas razões: para que possam servir de exemplo às demais empresas e para enfatizar a importância dos funcionários enquanto agentes viabilizadores dos produtos e/ou serviços que geram o lucro das empresas. Ainda sobre o público interno, a composição do quadro de funcionários e a quantidade de pessoas ocupadas nas empresas demonstraram que somente 19,8% são mulheres, 19,6% afrodescendentes e 212 são portadores de deficiência, sugerindo que seria um bom começo promover a diversidade no local de trabalho.

Conclui-se que investir no social exige muito mais do que boa vontade: requer planejamento. Ações socialmente responsáveis, ao invés de pontuais e assistencialistas, devem ser estruturadas e duradouras. Nessa pesquisa, nenhum dos participantes declarou possuir mecanismos para medir os possíveis retornos do investimento. Dessa forma, fica difícil saber se o que estão doando está realmente promovendo transformações. ■

Giovanna Ditscheiner é especialista em Gestão do Terceiro Setor pela Faculdade de Administração de Empresas do Estado de São Paulo (FAESP) e integra o Conselho Temático de Responsabilidade Social da Fieg

Trabalho reconhecido

Ao premiar iniciativas bem-sucedidas de preservação e gestão ambiental, Fieg lança Bolsa de Resíduos, que deve reduzir desperdícios e maximizar utilização de materiais

Os vencedores da edição 2005 do Prêmio Goiás de Gestão Ambiental foram conhecidos no dia 28 de novembro, durante solenidade realizada na sede da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg). O objetivo do prêmio, promovido pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh), Fieg, Agência Goiana do Meio Ambiente (AGMA), Agência Rural e Sebrae, é reconhecer e divulgar as iniciativas realizadas para a proteção, preservação, conservação e recuperação ambiental, bem como práticas e técnicas bem-sucedidas de gestão ambiental.

Durante a solenidade, foi lançada a Bolsa de Resíduos, que irá identificar mercados para os resíduos gerados nos processos industriais, intermediando negociações e estimulando seu aproveitamento econômico. A bolsa, que deve começar a funcionar em fevereiro de 2006, irá promover ações de divulgação de tecnologias de conservação do meio ambiente e aproveitamento de resíduos industriais.

Entre os benefícios que a Bolsa trará estão a redução

dos desperdícios, com a maximização da utilização dos materiais, possibilidade de redução dos custos de produção pela utilização de semi-acabados e pela obtenção de receita marginal, e a ampliação do universo de fornecedores. Ela dará ainda suporte às atividades de preservação do meio-ambiente e servirá de incentivo à instalação de novas indústrias para aproveitamento e beneficiamento dos resíduos industriais. Poderá assim levar ao desenvolvimento de novas tecnologias, para reaproveitamento e utilização dos resíduos industriais.

Para participar da Bolsa, as indústrias de todos os setores vão se cadastrar em um site na internet, que em breve estará em funcionamento, demonstrando dessa forma o seu interesse na venda ou compra de resíduos industriais, classificados em várias áreas como: madeira, mobiliário, metálicos, papel e papelão, petroquímica, química, farmacêutica, plásticos e têxtil/confecções entre outros. Por meio do site, o intercâmbio entre as indústrias que produzam algum tipo de resíduo e aquelas que os procuram será facilitado. ■

PRÊMIO GOIÁS DE GESTÃO AMBIENTAL 2005

Categoria Atividade Industrial de Grande Porte:

- 1º lugar: Jalles Machado
- 2º lugar: Sama - Mineração de Amianto e Codemin
- 3º lugar: Anglo American Brasil

Categoria Atividade Industrial de Médio Porte:

- 1º lugar: Dpam Brasil

Categoria Atividade Industrial de Pequeno Porte:

- 1º lugar: Centrocouros Inhumas
- 2º lugar: Cooperativa de Reciclagem de Lixo
- 3º lugar: EBM Incorporações

Categoria Atividade Comércio e Prestação de Serviços:

- 1º lugar: Saneago
- 2º lugar: Racional Embalagens
- 3º lugar: Cia. Thermas do Rio Quente

Categoria Educação Ambiental:

- 1º lugar: Carlos Alberto de Albuquerque Lima



Geraldo Félix, presidente da Saneago recebe a homenagem pelas mãos de Paulo Afonso Ferreira e Aldo Arantes

2º lugar: Orsa Celulose, Papel e Embalagens
3º lugar: Oca Brasil

Categoria Educação Ambiental – Instituição de Ensino:

1º lugar: Recuperação da Mata Ciliar do Rio Meia Ponte: Uma Ação Educativa – UFG
2º lugar: Carina Gomes Leal Paiva - Escola Municipal Soraya Saiva Vilela (Jussara)
3º lugar: Centro Marista Divino Pai Eterno

Categoria Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos:

1º lugar: Companhia de Urbanização de Goiânia

Categoria Atividade Agrosilvipastoril:

1º lugar: Jalles Machado
2º lugar: Goiasa Goiatuba Álcool
3º lugar: Brasil Verde Agroindústrias

Categoria Ecoturismo:

1º lugar: Kanal Vídeo

Categoria Comunicação Ambiental:

1º lugar: Trilhas do Brasil Comunicação e Produção
2º lugar: Kanal Vídeo

Sesi em Caldas Novas

Trabalhadores e empresários se mobilizam e buscam apoio da Confederação Nacional da Indústria para implantar unidade de lazer do Sesi na cidade de Caldas Novas

A baixo-assinado com mais de 18 mil signatários em defesa da construção da colônia de férias do Sesi em Caldas Novas (GO) foi entregue ao presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e diretor nacional do Sesi, Armando Monteiro Neto. Na oportunidade, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Paulo Afonso Ferreira, acompanhado dos presidentes das federações dos trabalhadores na indústria de Goiás, Distrito Federal e Tocantins, entregou a Monteiro Neto o projeto de viabilidade técnica da obra. O pedido de ajuda financeira foi motivado pelo elevado custo do empreendimento, em torno de R\$ 35 milhões.

O terreno – com extensão de 62 mil metros quadrados – foi adquirido pelo Sesi Goiás em 2003 e conta com três poços artesianos. Para valorizar ainda mais o empreendimento, a prefeitura municipal cedeu, em regime de comodato, área de preservação ambiental situada ao lado.

De acordo com o projeto, deverá ser construído hotel com 204 apartamentos, piscina de água quente e fria, sauna, áreas para esportes radicais, quadra

poliesportiva, salão de jogos, salas de ginástica e musculação, parque infantil, salas para eventos, restaurantes, lanchonetes, biblioteca, espaços para shows e apresentações.

A colônia será integralmente voltada para o lazer e a recreação dos trabalhadores, com preços acessíveis a todas as classes sociais, devendo atender não apenas os industriários de Goiás, mas de outras regiões do País.

O presidente da CNI afirmou que dispensará atenção especial ao pleito levado pela comitiva. “Essa é a primeira vez que os trabalhadores se mobilizam para solicitar a construção de uma unidade”, ob-

servou Luiz Lopes de Lima, presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Goiás, Distrito Federal e Tocantins. Assinaram também o documento os presidentes da Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação dos Estados de Goiás e Tocantins, Edward Pereira de Souza, da Federação dos Trabalhadores das Indústrias da Construção e Mobiliário dos Estados de Goiás e Tocantins, Patrocínio Braz, e da Federação dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico dos Estados de GO, MT, MS, RO, DF e TO, Carlos Alberto Altino. ■



Presidente da CNI, Armando Monteiro (centro) recepciona representantes dos trabalhadores e empresários

Em busca de exemplos

Pessoas ligadas à cooperativa de Águas Lindas e diversos outros empreendedores visitam pólo confeccionista de Jaraguá, considerado modelo no Brasil

Águas Lindas, no Entorno de Brasília, começa a colher os frutos da implantação do Programa de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local (APL) de Confeccões, executado pelo Senai Goiás. No dia 14 de novembro, foi inaugurada a primeira empresa de conserto de máquinas de costura na cidade. “Fiz o curso de mecânica de máquinas no centro de capacitação do Senai de Águas Lindas há um mês e já tenho 30 clientes cadastrados para a loja”, afirmou um dos sócios da RR Consertos, Basílio Policarpo.

No dia 11 de novembro, 15 integrantes da recém-formada cooperativa de confeccões de Águas Lindas realizaram visita ao pólo de confeccões de Jaraguá, onde conheceram fábricas de jeans, roupas íntimas, peças de malha e lavanderias. Responsável pela geração de cerca de 10 mil empregos, esse pólo produz 5 milhões de peças por ano. Jaraguá é considerada pelo governo federal como o APL modelo do País e se constitui referência no meio confeccão.

Para o cooperado Raimundo Ribeiro Filho, a viagem foi importante. “Tudo o que a gente viu e ouviu será útil”. Outras pessoas interessadas em informações sobre o mercado de confeccão participaram da visita. Uma delas foi o prefeito de Sanclerlândia, Itamar Leão, que pretende fazer o mesmo no seu município: criar um pólo de confeccão. “Foi ótimo ter aproveitado essa oportunidade de co-



Empreendedores buscam conhecer experiência das indústrias de confeccão de Jaraguá

nhecer o trabalho desenvolvido em Jaraguá”, disse.

LIÇÕES PRÁTICAS

O grupo acompanhou de perto o critério utilizado pela confeccão de malhas de Mara Cristina Martins Gomes e gostou do que viu. Antes de cortar as peças, a empresária tem o cuidado de elaborar um modelo piloto e corrigir todos os defeitos. “Já desenvolvemos produtos considerados de alto padrão de qualidade”. A diretora da cooperativa de Águas Lindas, Jeni Galhardo, disse que as visitas a outros APLs são sempre produtivas e se constituem numa fonte de idéias e comparações.

A fama do pólo de Jaraguá também atrai pessoas como Rita de Cássia Abrantes, que acompanhou a comitiva de Águas Lindas. “Vim de São Luís do Maranhão há mais de um

mês. Tive que deixar meus filhos lá porque precisava conhecer o mercado antes de abrir minha fábrica de jeans. Já estou fazendo o segundo curso no Senai de Jaraguá”, disse, referindo-se ao núcleo de confeccão mantido pela instituição na cidade.

Segundo o prefeito Lineu Olímpio de Souza, Jaraguá não tem uma cultura cooperativista e associativista, mas os empresários mais antigos incentivam o surgimento de novas empresas, orientando e dando suporte a elas. De acordo com o prefeito, o objetivo agora é transformar a cidade num grande centro comercial.

O programa APL é executado pelo Senai Goiás em parceria com o Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste/Ride, Federação das Indústrias do Estado de Goiás e Instituto Euvaldo Lodi (IEL). ■

Indústria goiana na Europa

Empresários participam de missão com governo goiano, mostrando aos europeus potencial de produção do Estado e abrindo possibilidade de novas exportações



Empresários se reúnem com europeus, em missão oficial conduzida pelo governador Marconi Perillo, que contou com apoio da Federação das Indústrias de Goiás

Representantes de diversos sindicatos da indústria local e o presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, integraram, entre os dias 22 de outubro e 3 de novembro, missão do governo goiano à Europa. A comitiva esteve em Portugal, Espanha e Itália participando de rodadas de negócios e de seminários, como o realizado na Confederação Espanhola de Confederações Empresariais.

Empresários do setor sucroalcooleiro se reuniram com representantes das maiores empresas espanholas inte-

ressadas no investimento e na comercialização de álcool e biodiesel. “Tivemos a oportunidade de aprofundar as discussões sobre a mistura de biocombustível ao combustível utilizado na Europa”, observou o presidente executivo do Sindicato das Indústrias de Fabricação de Álcool no Estado de Goiás (Sifaeg), Igor Montenegro.

“A Espanha está muito avançada na área de biocombustíveis, mas a demanda em toda a Europa ainda está sendo criada e temos um grande potencial para fornecimento de biodie-

sel. Um dos entraves que enfrentamos, porém, é a logística”, explicou Montenegro. Ele destacou que foram feitos vários contatos com empresas interessadas em comprar o álcool produzido em Goiás e em investir no setor. “O fato de termos viajado juntamente com a estrutura administrativa do governo de Goiás, representando o Estado, passou uma imagem forte, que trouxe à missão resultados muito positivos”, avaliou.

Empresários de Portugal e Itália manifestaram interesse no café produzido em Goiás, informou o presidente do Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis (SIAA), Wilson de Oliveira. “Conhecemos o Porto Seco de Portugal e divulgamos o Porto Seco do Centro-Oeste, item fundamental nas negociações futuras”, disse.

PEDIDOS NA PAUTA

O presidente do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados do Estado de Goiás e Distrito Federal (Sindicarne), José Magno Pato, também destacou a importância dos contatos feitos durante a missão, lembrando que estão sendo realizadas negociações com empresas portuguesas interessadas em comprar derivados de leite, como doce de leite e manteiga para consumo em Angola. “Alguns pedidos de importação já foram feitos, mas os resultados da missão serão sentidos em médio e longo prazo”, acrescentou.

Para o presidente do Sindicato dos Moinhos de Trigo do Centro-Oeste (Sindtrigo), Marco Antônio Batista, a missão permitiu travar contatos com industriais do ramo de máquinas e equipamentos para indústrias moageiras e conhecer as novas tendências mundiais no ramo de massas alimentícias e misturas preparadas para bolos, produto em alta entre as exportações derivadas do trigo. ■

Em busca de soja não transgênica

Federação das Indústrias recebe comitiva de empresários europeus interessados em firmar acordos que permitam compra de soja sem modificações genéticas

Missão oficial com participantes de 11 regiões europeias, entre políticos, empresários, jornalistas e chefes de departamentos agrícolas, esteve em Goiás no dia 21 de outubro para estabelecer com empresários goianos parceria que permita o fornecimento de soja convencional, não transgênica, para a Europa. A comitiva, formada por representantes da França, Itália, Espanha e Grécia, já havia visitado os Estados de São Paulo, do Paraná e Distrito Federal. Em Goiás, eles foram recebidos pelo presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, e integrantes do Conselho Temático de Comércio Exterior; participaram de rodadas de negócios e visita ao município de Rio Verde.

No Paraná, o governo estadual e o governo da Bretanha (França), que integra o grupo GM-Free, assinaram protocolo de intenção que prevê a concretização de exportação dessa soja para a Europa, por longo prazo. O grupo representa 35 regiões, entre elas os países integrantes da comitiva, e foi fundado em 2004 com objetivo de questionar a utilização de organismos geneticamente modificados (OGM) na agricultura e restaurar um melhor controle por parte do cidadão em suas aplicações.

Acordos de intenção semelhantes ao assinado pelos paranaenses devem ser firmados por empresários goianos com o GM-Free. Tais acordos poderão servir



Empresários goianos tiveram a oportunidade de apresentar seus produtos a representantes de vários países da Europa, que visitaram alguns Estados brasileiros

de base para que o Brasil obtenha certificações europeias sobre os produtos não transgênicos,

Os protocolos de intenção prevêem trocas de dados científicos e técnicos, permitindo o fornecimento da soja não modificada geneticamente, de alta qualidade, tanto para a agricultura biológica quanto para a agricultura convencional europeias. Prevêem ainda a implementação de pesquisas e uma atuação conjunta das diversas regiões pertencentes ao grupo para que a soja brasileira obtenha a certificação de acordo com os padrões europeus.

De acordo com o GM-Free, o Brasil

conserva hoje um potencial considerável de fornecimento de soja convencional para a Europa, em parte produzida pela agricultura familiar. Em 2004, segundo o IBGE, o País produziu mais de 49 mil toneladas de soja, o que representou 41% da safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas. Goiás participou com 12,29% do total dessa produção. Entre os dez municípios brasileiros que mais produzem soja estão Jataí e Rio Verde. O complexo soja foi também o maior responsável pelas exportações goianas, no acumulado do ano (janeiro a agosto de 2005), respondendo por 59% das vendas de Goiás para o exterior. ■

Novos talentos

Concurso promovido pelo Sesi premia artistas plásticos e escritores e se consolida como importante iniciativa cultural em Goiás

Certo dia um homem acorda, olha no espelho e não vê sua face – apenas um vulto. A esposa, preocupada, sugere que, para tapar o buraco vazio do rosto, comprem máscaras, oportunas para diferentes situações.

“Acabei conhecendo a verdadeira definição do que é angústia: Um buraco vazio dentro da alma, causado pelo acúmulo de sonhos e desejos esquecidos”.

O breve resumo é do conto *O Homem Multifacetado*, de Fernando Cândido Ribeiro, um dos vencedores do 15º Concurso Sesi Arte e Criatividade, que reuniu mais de 400 inscri-

ções nas modalidades artes plásticas e literatura. Com o conto, no qual expressa a angústia em perceber que porta diferentes identidades, criadas por situações cotidianas, o autor obteve a primeira colocação na categoria Prêmio Trabalhador na Indústria, modalidade literatura.

Outros dez artistas plásticos e escritores também foram ganhadores do concurso, cujo resultado foi divulgado no dia 9 de novembro, com a premiação em troféus, certificados de participação, menção honrosa e quantia em dinheiro aos primeiros colocados.

A premiação em artes plásticas foi dividida em figurativa, primitiva, abstrata e tridimen-

Violência Urbana II, de Habacuque de Oliveira, vencedora da categoria artes plásticas, modalidade abstrata.



sional, e as obras literárias, em contos e poesias, cujos trabalhos vencedores serão reunidos no livro *Antologia Poética e Contos*, editado a cada dois anos pelo Sesi. Os quadros e escultura premiados ficarão expostos até o fim do ano no Centro Loyola de Fé e Cultura, na Avenida Murirão, no Setor Marista, em Goiânia.

ARTES PLÁSTICAS

Com uso de materiais em chumbo, linhas horizontais, verticais e diagonais, o artista Habacuque de Oliveira concorreu com a obra *Violência Urbana II*, e venceu na modalidade Artes Plásticas – categoria abstrata.

Cada pedaço dos materiais colocados no fundo vermelho expressa algo para o artista. O chumbo, que deixa buracos na tela, representa a violência urbana. As linhas simbolizam a esperança, a serenidade e a constância. As cores brancas e pretas levantam questões raciais.

Vencedora na categoria Prêmio Célia Câmara, Lúcia Nogueira afirma que a obra de arte deve provocar investigações sobre a alma, motivo que a inspira a desenhar quadros “quase abstratos”, como denomina. “A percepção nunca é a mesma. Diferentes pessoas sempre terão diferentes concepções”, avalia. ■



Metamorphose, de Nivaldo Reis, vencedora da categoria artes plásticas, obra tridimensional

VENCEDORES DO 15º CONCURSO SESI DE ARTE CRIATIVIDADE

Artes Plásticas

Figurativa – *Santa Ceia*, de Viviane Pereira Fonseca

Primitiva – *Corrida de Jegues*, de Lourdes de Deus, e *Quebradeira de Coco*, de Goiaci

Abstrata – *Violência Urbana II*, de Habacuque de Oliveira
Obra tridimensional – *Metamorphose*, de Nivaldo Reis

Literatura

Conto – *Cores e Decores*, de Gustavo Cardoso Furtado

Poesia – Edson Izídio Pereira da Silva

Prêmio Trabalhador na Indústria

Literatura – *O Homem Multifacetado*, de Fernando Cândido Ribeiro

Artes plásticas – *Passeio com Santana*, de Emerson Gonçalves de Oliveira

Prêmio Célia Câmara

Literatura – *O Primeiro Dia*, de Sílvio dos Anjos Ribeiro

Artes plásticas – Maria Magalhães Nogueira

Tendência à integração

Sistema de Gestão Integrada facilita ao observador ter visão global da empresa, além de otimizar investimento, tempo e esforços dos colaboradores

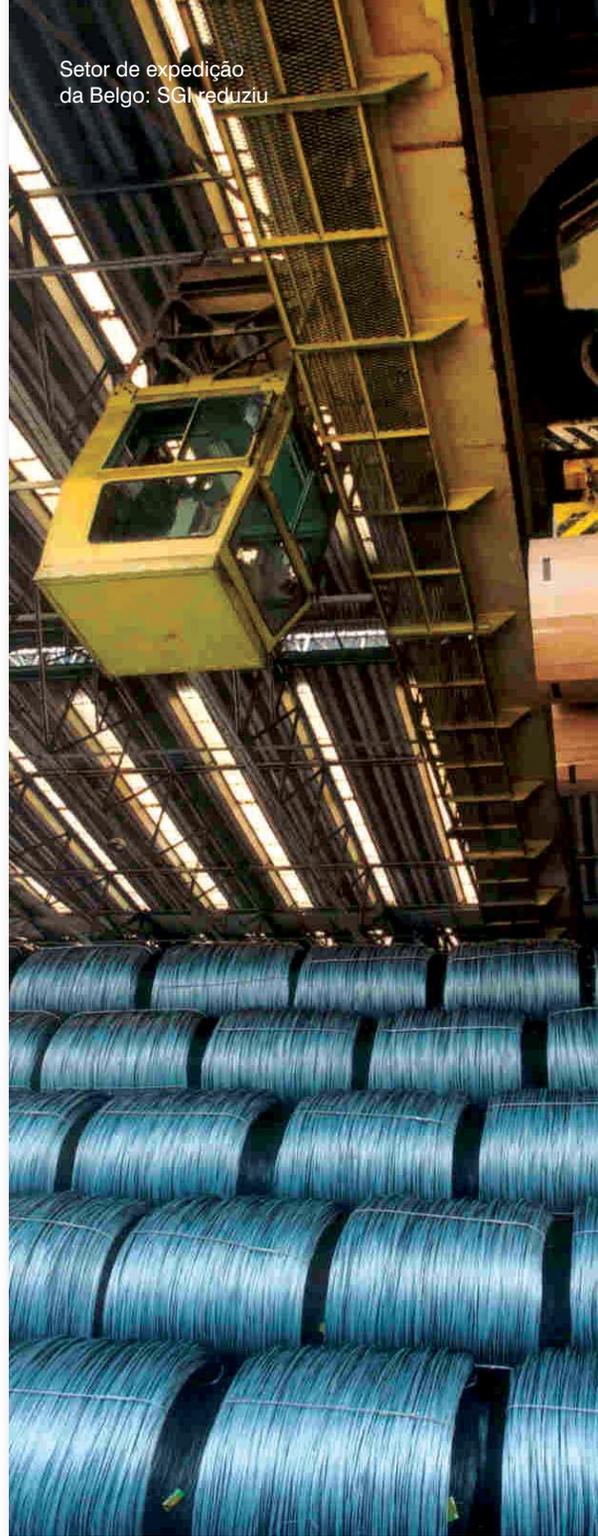
Empresas que procuram desenvolver e manter um Sistema de Gestão Integrada (SGI) têm obtido resultados significativos no que se refere à participação no mercado, expansão de negócios e produtividade, bem como na melhoria de vida dos colaboradores e ações de preservação ambiental. É o que demonstra a engenheira e consultora do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), regional Goiás, Leulair César de Santana Mendes. “A empresa, quando implanta o SGI, começa a agregar em sua gestão uma visão estratégica, trazendo da base operacional informação de vários setores”, diz a consultora, que identifica no Brasil uma tendência à integração dos processos.

De acordo com Leulair, ao integrar os processos da qualidade aos da gestão ambiental e aos da segurança e saúde no trabalho, o SGI leva as organizações a atingir melhores níveis de desempenho, a um custo geral muito menor, pois a implantação de sistemas isolados requer mais investimento e esforços. “É dispendioso para uma empresa, independente de seu porte, manter três ou mais sistemas separados. Nesse ponto, é lucrativo o SGI, pois

ele une a norma NBR ISO 9001 com as normas de meio ambiente e segurança no trabalho”, explica, lembrando que não faz sentido ter procedimentos similares para processos comuns nos três sistemas, como: auditorias, análise crítica e controle de documentos.

As organizações podem encontrar no SGI a resolução das questões pertinentes às três áreas, uma vez que o sistema não deixa lacunas ou contradições de qualidade entre a linha de produção e a colocação de um produto ou serviço no meio social. “Uma empresa que tem seu sistema de qualidade certificado conforme a norma NBR ISO 9001 não deveria ter problemas com o meio ambiente nem com a saúde e segurança do trabalhador”, analisa a consultora, mostrando que essas questões, inclusive as legais, passam a fazer parte de um SGI. “Quando a empresa olha para si mesma, consegue se ver como um todo”, conclui.

Setor de expedição da Belgo: SGI reduziu



EXEMPLOS DE INTEGRAÇÃO

Operando com quatro diferentes e isolados sistemas de gestão, a Recofarma Indústrias do Amazonas (Coca-Cola Manaus) enxergou a oportunidade de integrar as certificações quando a empresa buscou



melhorar seus processos internos. O coordenador do SGI na empresa, Francisco Brito, salienta que foram criados procedimentos e programas unificados, o que reduziu a quantidade de tarefas comuns a todos os sistemas. “Interagimos constantemente com cada departamento da

NORMAS DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA (SGI)

- ISO 9000 - Sistema da Qualidade

Essa norma determina os requisitos gerais para implantação de Sistema da Qualidade. Tem como princípios básicos a garantia da satisfação dos clientes e a preocupação em adotar medidas de controle de qualidade dos produtos e serviços.

- ISO 14000

Sistema de Gestão Ambiental – Determina os requisitos gerais para implantação de Sistema de Gestão Ambiental. Tem como princípios básicos a preservação ambiental com a prevenção da poluição, atendimento aos requisitos legais aplicáveis e a melhoria contínua dos processos, produtos e serviços.

- OHSAS 18000

Segurança, Higiene e Saúde – As empresas certificadas com essa norma assumem o compromisso de zelar pela segurança, integridade e saúde de seus empregados.

“É dispendioso para uma empresa manter três ou mais sistemas de gestão separadamente”

Leulair César de Santana Mendes

empresa, buscando disseminar a política unificada do SGI.”

Já no conglomerado Belgo (Grupo Arcelor), um dos maiores grupos privados do Brasil, o modelo tem assegurado grande envolvimento dos níveis operacionais nos programas de qualidade. As questões relacionadas ao meio ambiente e à segurança no trabalho tiveram condutas padronizadas. Segundo

o gerente de Recursos Humanos e Qualidade Total, Ronan de Oliveira, foram inúmeros os ganhos da Belgo. “Houve uma redução drástica nos acidentes do trabalho. Tivemos a garantia de que não estamos poluindo o ambiente e que os processos estão sob controle”, observa. Em decorrência, no ano de 2004 a Belgo conquistou o Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ) e o Prêmio Mineiro da Qualidade.

Para as empresas que buscam a excelência pelo PNQ, o SGI é o primeiro passo, diz a consultora Leulair Santana. Os critérios da premiação são encarados pelas empresas ganhadoras como instrumento de avaliação para seus modelos de gestão. Esse trabalho, segundo ela, vem sendo realizado pelo IEL em âmbito local e nacional. ■

Liderança e competitividade

Nos últimos três anos, o ICQ Brasil aumentou em 60% o índice de empresas atendidas e vem competindo com grandes certificadoras, inclusive multinacionais

Já consolidado como organismo de certificação de médio porte e de expressão nacional, o ICQ Brasil mantém, desde setembro, a liderança em número de empresas atendidas no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H). Gerente técnico do ICQ Brasil, José Pires Morais, atribui esse crescimento ao trabalho embasado na preocupação com as necessidades do cliente, que hoje procura mais do que um certificado. “O certificado de uma empresa deve transmitir sua credibilidade e passar confiabilidade ao público. Por isso, o trabalho de um organismo de certificação credenciado (OCC), como é o nosso caso, deve ser fundamentado nesses princípios e, acima de tudo, transmitir isso, pois, se não conseguirmos, os certificados não o farão”, observa.

Com mais de 540 construtoras já atendidas em todo o País, o ICQ Brasil se destaca como um dos OCC's mais fortes no setor da construção. Além da liderança nacional no PBQP-H, o instituto é o único organismo atuante no programa em Rondônia e no Piauí. Sua área de atuação envolve 26 Estados brasileiros. “Certificamos no mês de no-

vembro nossas primeiras empresas em Santa Catarina. Com isso, falta apenas o Amazonas para que fechemos nossa atuação em todo o território nacional”, afirma Pires.

Embora concentre o maior volume de atendimento do instituto, o PBQP-H enfrenta algumas dificuldades inerentes à instabilidade do mercado. “Enquanto entram 30 novas empresas em um mês, 20 outras suspendem seu atestado de funcionamento temporariamente, por falta de obras. Isso nos impede de fazer projeções com maior exatidão. Mesmo assim, essa situação é amenizada com intenso trabalho comercial e o desenvolvimento de estratégias de fidelização que garantam às empresas temporariamente suspensas, voltarem ao ICQ Brasil, tão logo retomem suas atividades”.

Representante da direção da construtora Paulo Octávio Investimentos Imobiliários, uma das maiores do Distrito Federal, Mônica Lemes destaca o trabalho desenvolvido pelo instituto. “O ICQ Brasil trabalha com ética e tem muito interesse em ajudar as empresas, no que diz respeito à rapidez na entrega dos certificados”.

TECNOLOGIA E GESTÃO

O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), de adesão voluntária, respeita as características dos setores industriais envolvidos e as desigualdades regionais, e se propõe a organizar o setor da construção civil em torno de duas questões principais: a melhoria da qualidade do habitat e a modernização do proces-

34, das 35
empresas
qualificadas no
Acre, foram
atendidas pelo
ICQ Brasil



68 empresas
qualificadas

30 empresas
qualificadas

so de produção. Sua estrutura envolve entidades representativas do setor, compostas por duas coordenações nacionais, que desenham as diretrizes do programa em conjunto com o Ministério das Cidades.

Trata-se de um programa que não se vale de novas linhas de financiamento, mas que procura estimular o uso eficiente de recursos existentes, de diferentes fontes,

como o FGTS e a Poupança, aplicados por diferentes entidades (Caixa, BNDES, Finep, Sebrae, Senai, entre outras), com objetivos claramente definidos.

Seus princípios envolvem a criação e estruturação de um novo ambiente tecnológico e de gestão para o setor da construção. Prevêem ainda a atuação integrada das políticas de habitação municipais, estaduais

e federais, a parceria entre agentes públicos e privados e a participação da sociedade civil.

Atualmente, o programa nacional conta com cerca de 1.300 construtoras qualificadas e passa por um processo de integração junto ao Inmetro, que irá regulamentar e reger o processo de certificação. Essa articulação vem sendo discutida, mas ainda não está em vigor. ■



SICMA

Iniciativa de resultados

Engenheiros e arquitetos da Anápolis e Goiânia participaram do Curso Avançado em Alvenaria Estrutural, promovido pelo Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (SIC-MA), na unidade do Senai no município. O curso, inédito em Goiás, atendeu à solicitação dos filiados do sindicato e foi ministrado por especialistas no assunto. Para o presidente do Sicma, Ubiratan da Silva Lopes, foi uma excelente oportunidade:

SINDIBRITA

Juntos por um novo mandato

Os associados do Sindibrita se reuniram no dia 13 de novembro para a cerimônia de posse da diretoria, Conselho Fiscal e Delegação Federativa do Sindicato. A eleição foi realizada no dia 13 de outubro de 2005. O presidente eleito, Fábio Rassi, liderou o evento, chamando os recém-empossados para o desafio de um novo mandato. A diretoria é integrada pelos seguintes empresários: Salim Mamed, Sálvio Humberto Safe, Alcyr Mendonça Júnior, Domingos Sávio Gomes, Uilson José Pinto, Wellington de Oliveira, Murilo Miranda, Olívio Simoso, José Antônio Vitti, Ozilio Lobo Silva, Danilo Siqueira e José Amaro. Fábio Rassi, Uilson José Pinto, Domingos Sávio e Salim Mamed são também delegados junto à Fieg, respectivamente titulares e suplentes.



“A alvenaria estrutural possibilita a construção de prédios residenciais, comerciais e industriais com maior rapidez e menor custo”, afirma. Para o próximo ano, o Sicma, em parceria com o Senai e com o Núcleo Regional da Fieg, programou cursos de eletricitista instalador predial, carpinteiro de formas, pedreiro básico, pedreiro assentador de pisos e revestimentos, pintor de obras, instalador de água e esgoto, armador de ferragens e leitura de plantas.

SINDUSCON

Projeto piloto

O sistema de hidromedidação individual, implementado em Goiás por meio de parceria entre o Sinduscon, a Saneago e o Secovi, está sendo utilizado pela Agência Nacional de Água (Ana), como referência para a divulgação do projeto em outros Estados brasileiros. Cerca de 35 condomínios em Goiânia já optaram pela individualização de ligações prediais de água, que promete atrair, cada vez mais, o interesse da sociedade, devido à possibilidade da medição individual do consumo.

SINDICALCE

Homenagem ao governador

O governador Marconi Perillo recebeu troféu das mãos do presidente do Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás (Sindicalce), Flávio Ferrari, no dia 29 de novembro, em jantar realizado na Fieg. A homenagem, segundo Ferrari, é um reconhecimento às importantes ações do governo pelo fortalecimento e crescimento do setor, a exemplo da consolidação do pólo calçadista de Goianira. “As indústrias goianas têm recebido apoio e incentivo do Estado para participar de feiras nacionais e internacionais além de outros projetos”.



SIAEG

Feira está consolidada

Realizada de 25 a 28 de outubro, no Centro de Convenções de Goiânia, a 4ª edição da Feira de Fornecedores e Atualização Tecnológica da Indústria de Alimentação (Ffatia), recebeu aproximadamente 25 mil visitantes. As possibilidades de estabelecer novos contatos, apresentar produtos, equipamentos e serviços animaram os expositores. A estimativa de novos negócios está prevista para R\$ 180 milhões. Em 2006, a Ffatia acontecerá de 24 a 27 de outubro, no mesmo local. O evento constitui-se numa das principais ações do Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás.

SIGEGO

Valorizando a criatividade

O 1º Prêmio de Excelência Gráfica Aquino Porto de Criação e Produção Gráfica, realizado pelo Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Goiás (Sigego) em parceria com o Sindidoor e Sindpropaganda, foi entregue em

jantar de confraternização para empresários e fornecedores gráficos, no dia 2 de dezembro, no Clube Antônio Ferreira Pacheco. Foram premiados profissionais da área de 11 segmentos em diversas categorias.

Produtos que
refletem a
qualidade de
nossa marca.

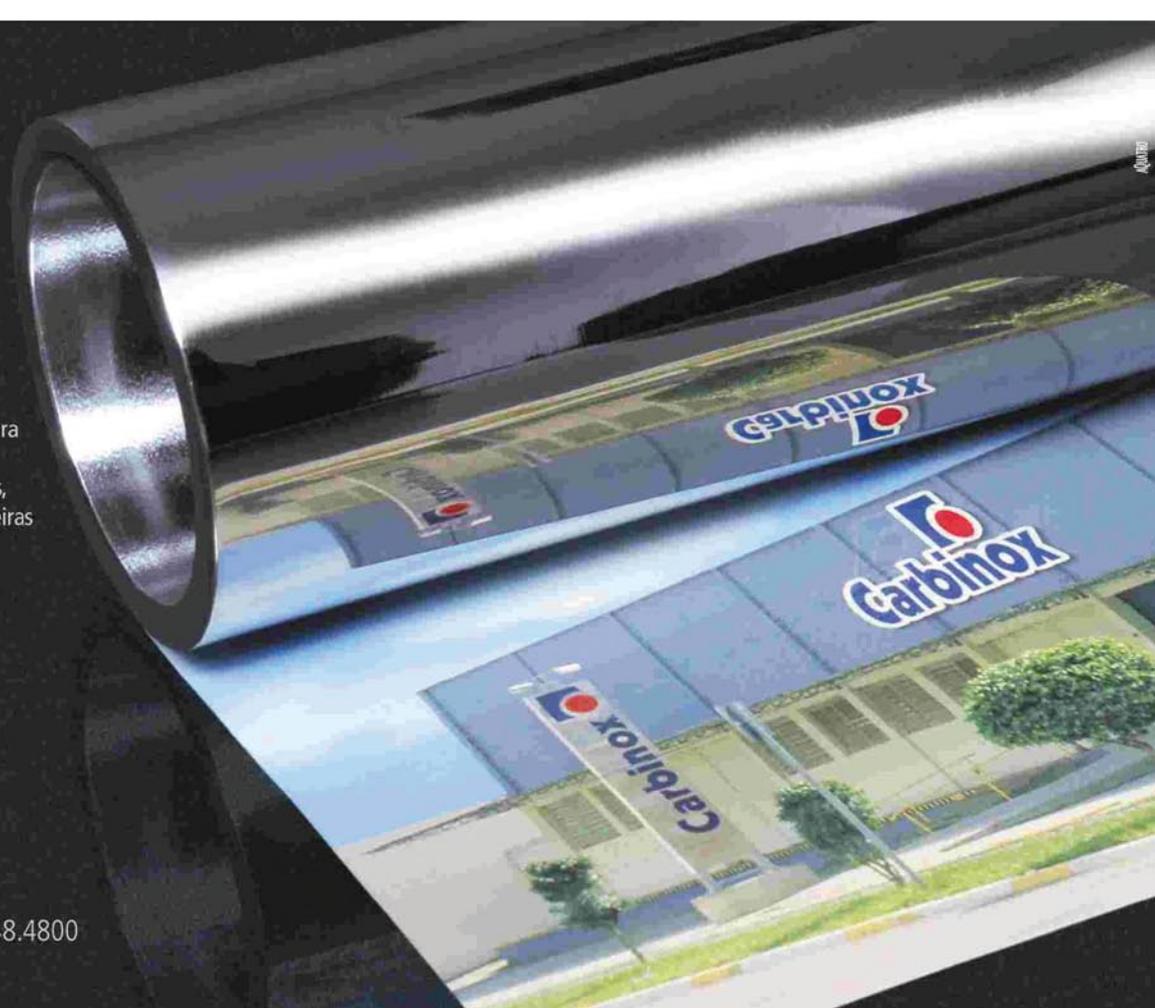
- ♦ Inoxidáveis
 - Tubos Redondos c/ e s/ costura
 - Quadrados e Retangulares
 - Barras Redondas, Quadradas, Sextavadas, Chatas e Cantoneiras
 - Chapas
- ♦ Ligas Especiais e Super Ligas
- ♦ Eletrodutos
 - Em Aço Carbono, Alumínio, Inoxidável e PVC.

Carbinox

vendas@carbinox.com.br

Filial Goiânia 62. 281.6191

Matriz 11. 3835.9499/ 3648.4800



Consciência ecológica aliada à tecnologia

MARA LÚCIA LEMKE DE CASTRO

Uma indústria, por menor que seja e por mais preocupada com o meio ambiente, causa algum tipo de impacto no local onde está instalada, seja por impacto químico e biológico de seus rejeitos, seja por alteração física da paisagem.

Com os curtumes também ocorre dessa forma. Porém, esse segmento industrial carrega consigo um conceito de poluidor em potencial. Essa imagem foi formada há décadas, quando a maioria das indústrias lançava seus rejeitos sem qualquer tratamento na natureza, e reforçada pelo odor característico gerado em seu processo produtivo.

Realmente, os resíduos de curtumes são complexos, pois possuem material orgânico e químico variado. O sulfeto de sódio, usado para a depilação das peles, possui cheiro característico de enxofre, que pode ser potencializado se não for bem conduzido o tratamento. A grande maioria dos curtumes utiliza o óxido de cromo como curtente, e esse é outro ponto bastante polêmico, pois o cromo é trivalente e os leigos atribuem a ele os mesmos efeitos do cromo hexavalente, que é cancerígeno e possui uma série de restrições.

A consciência ecológica dos proprietários de indústria e os produtos e técnicas avançadas têm gerado resultados fantásticos no tratamento



A consciência ecológica e os produtos e técnicas avançadas têm gerado resultados fantásticos

de efluentes de curtumes. A Couros Goiano, mais conhecida como Curtume Morrinhos, por exemplo, incorporou as condições necessárias para produzir sem causar grandes danos ao meio.

Para minimizar o impacto dos resíduos líquidos, a indústria adotou a reciclagem dos banhos de caleiro e o processo de curtimento com sais auto-esgotantes. Os dois procedimentos agiram diretamente na redução do volume a ser tratado. No caso do

reciclo, houve menor envio de materiais orgânicos e inorgânicos para a Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), o que refletiu diretamente na redução da Demanda Biológica de Oxigênio (DBO5) e Demanda Química de Oxigênio (DQO) no efluente bruto.

Para otimizar a estação de tratamento de efluentes o curtume recorreu a técnicas avançadas na área de biotecnologia, adicionando um biorremediador no sistema de tratamento biológico, com o objetivo de degradar o material orgânico contido no despejo, agindo diretamente na redução da DBO5, óleos e graxas e sólidos voláteis.

Esses procedimentos conseguiram transformar completamente o efluente final da empresa. Hoje, já se pensa em reciclar o efluente final utilizando-o em trabalhos menos nobres dentro da indústria, como a lavagem de piso e outros, evoluindo para um circuito fechado, no intuito de se fazer o reaproveitamento total desse volume no processo produtivo. Para se chegar a esse nível serão necessários estudos ainda mais aprofundados. É importante salientar que o sucesso da medida adotada pelo Curtume Morrinhos ocorreu, principalmente, pelo bom dimensionamento das unidades de tratamento e ainda pelo acompanhamento diário do processo. ■

Mara Lúcia Lemke de Castro é bióloga, especialista em Gestão e Manejo Ambiental na Agroindústria e técnica em resíduos industriais e curtimento

SINDICATOS COM SEDE NA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS - FIEG

Av. Anhanguera, nº 5.440, Edifício José Aquino Porto, Palácio da Indústria, Centro, Goiânia / GO, CEP 74043-010

SIAEG
Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás
Presidente: Sandro Mabel
Fone (62) 3224-4253 Fax 3224-9226 - siaeg@terra.com.br

SIEEG
Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal
Presidente: Orlando Alves Carneiro
Fone (62) 3212-6092 Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO
Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás
Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone (62) 3223-6515 Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMELGO
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás
Presidente: Hélio Naves
Fone/Fax (62) 3224-4462 - contato@simelgo.org.br

SIMPLAGO
Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás
Presidente: Jorge Luiz Biazuz Meister
Fone (62) 3229-2427 Fax 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINCAFÉ
Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás
Presidente: Sávio Cruvinel Câmara
Fone (62) 3212-7473 Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

SINDAGO
Sindicato dos Areeiros do Estado de Goiás
Presidente: Carlos Alberto Diniz
Fone/Fax (62) 3224-5583

SINDIALF
Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens no Estado de Goiás
Presidente: Daniel Viana
Fone (62) 3223-2050

SINDIBRITA
Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras do Estado de GO, TO e DF
Presidente: Fábio Rassi
Fone (62) 3224-9983 Fax 3224-6667
sindibrita@sistemafieg.org.br

SINDICALCE
Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás
Presidente: Flávio Ferrari
Fone (62) 3225-6412 Fax 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SINDICARNE
Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal
Presidente: José Magno Pato
Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindicarne@sistemafieg.org.br

SINDICURTUME
Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás
Presidente: João Essado
Fone (62) 3213-4900 Fax 3212-3970
sindicurti@uol.com.br

SINDIGESSO
Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás
Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone (62) 3225-7888
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE
Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás
Presidente: César Helou
Fone (62) 3212-1135 Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SINDIPÃO
Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás
Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida
Telefax (62) 3225-1016
sindipao@sistemafieg.org.br

SINDIREPA
Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás
Presidente: Aldrovando Divino de Castro Júnior
Fone (62) 3224-0121 - sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS
Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás
Presidente: Carlos Alberto Vieira Soares
Fone/Fax (62) 3224-7296
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO
Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste
Presidente: Aluísio Quintanilha de Barros
Presidente em exercício: Marco Antônio Batista
Fone (62) 3223-9703 - sindtrigo@sistemafieg.org.br

SININCEG
Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás
Presidente: Raimundo Viana Dutra
Fone (62) 3223-6667 Fax 3224-9983
sininceg@sistemafieg.org.br

SINPROCIM
Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás
Presidente: Marley Antônio da Rocha
Fone (62) 3224-0456 Fax 3224-0338
siac@sistemafieg.org.br

SINQUIFAR
Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Eduardo Cunha Zuppani
Fone (62) 3212-3794 Fax 3225-0074
sinquifar@sistemafieg.org.br

SINVEST
Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás
Presidente: Francisco de Faria
Fone/Fax (62) 3225-8933 - sinvest@sistemafieg.org.br

SINDICATOS COM SEDE EM OUTROS ENDEREÇOS

SIAGO
Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás
Presidente: Pedro Alves de Oliveira
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno - CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone (62) 3251-3166 Fax 3251-3691 - siago@cultura.com.br

SIFAÇUCAR
Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente Executivo: Igor Montenegro Celestino Otto
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 Fax (62) 3251-1045

SIFAEG
Sindicato das Indústrias de Fabricação de Álcool no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente Executivo: Igor Montenegro Celestino Otto
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 (62) 3251-1045 - sifaeg@terra.com.br

SIMAGRAN
Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás
Presidente: Carlos Queiroz de Paula e Silva
Rua T-30, nº 2.105 - Setor Bueno - CEP 74215-060 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3285-7009 - vessani@netgo.com.br

SIMESGO
Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano
Presidente: Eurípedes Felizardo Nunes
Rua Costa Gomes, n 143 - Jardim Marconal - CEP 75901-550
Rio Verde - GO
Fone/Fax (64) 3613-4810

SINROUPAS
Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia
Presidente: Frederico Martins Evangelista
Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista - CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone Fax (62) 3092-4477 - agicon@agicon.com.br

SINDUSCON-GO
Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás
Presidente: Joviano Teixeira Jardim
Rua João de Abreu, nº 427 - Setor Oeste - CEP 74120-110 - Goiânia - GO
Fone (62) 3095-5155 Fax 3095-5176/5177
contato@sinduscongoias.com.br

SINDICATOS COM SEDE EM ANÁPOLIS

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis / GO
CEP 75113-630 Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565
e-mail: sind.industria@terra.com.br

SIAA
Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis
Presidente: Wilson de Oliveira

SICMA
Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis
Presidente: Ubiratan da Silva Lopes

SIMEA
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis
Presidente: Elton de Teles Campos

SINCERAM
Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás
Presidente: Laerte Simão

SIVA
Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis
Presidente: José Vieira Gomide Júnior

Compromisso com a Inovação

Com 40 anos de experiência como provedora de soluções, serviços e fornecimento de suprimentos industriais, a Nortel dispõe de um catálogo eletrônico com mais de 60 mil itens de estoque, entre eles:

- Adesivos
- EPI
- Materiais Elétricos
- Ferramentas
- Montagem de painéis
- Automação Industrial
- Suporte Técnico

Para agilizar ainda mais a operação de seus clientes, a Nortel instala uma unidade "in company" em sua empresa. Esses são os diferenciais que a Nortel coloca a sua disposição.

Fale conosco, e descubra as vantagens de ser um parceiro da Nortel.



SIEMENS

PHILIPS

elecon



Nortel company

www.nortel.com.br

Av. Vereador José Monteiro, 1938 - Setor Negrão de Lima - 74650-300 Goiânia - GO
Tel: (62) 4013-7770 / Fax: (62) 4013-7780 e-mail: goianiafi9@nortel.com.br